



Boletim do WRM
Movimento Mundial pelas Florestas
Nro. 228 – Fevereiro / Março 2017

Sudeste Asiático: conectando as comunidades que resistem aos investimentos em grande escala e iniciativas de preservação +



NOSSA OPINIÃO

- **Sudeste Asiático: fortalecendo a resistência para além das fronteiras** p. 3

SUDESTE ASIÁTICO: CONECTANDO AS COMUNIDADES QUE RESISTEM AOS INVESTIMENTOS EM GRANDE ESCALA E INICIATIVAS DE PRESERVAÇÃO

- **Investimentos em grande escala e iniciativas de conservação climática prejudicam as florestas e os territórios das comunidades** p. 6
- **Conflitos florestais na Tailândia: Estado versus comunidades** p. 10
- **Mianmar: nova política de promoção dos direitos indígenas já está ameaçada** p. 14
- **Floresta no Nordeste da Índia** p. 20
- **Indonésia: projetos de lei ameaçam restabelecer o controle de empresas sobre a agrobiodiversidade** p. 25
- **O combate à maldição das concessões no Camboja** p. 28
- **Malásia: grupos indígenas de todo o mundo adotam declaração antibarragens** p. 33



ALERTAS DE ACCIÓN

- **Honduras: O país mais mortal do mundo para o ativismo ambiental** p. 36
- **Guiana Francesa: O governo francês está promovendo discretamente a industrialização da mineração de ouro na Guiana Francesa** p. 36
- **Índia: Uma reportagem investigativa da BBC revela o balanço fatal da política de “atirar para matar” implementada nas reservas de tigres** p. 37
- **Malásia: Pare de reconhecer plantações como florestas, foi dito a organismo da ONU** p. 37
- **Indonésia: Protestos em Java contra a destruição florestal causada pela expansão da indústria de cimento** p. 38

RECOMENDADOS

- **Relatório de encontro: O que está acontecendo com as nossas florestas?** p. 38
- **Vídeo da Save our River, Save our Life sobre as ameaças da mineração de ouro ao rio Tanintharyi, em Mianmar** p. 39
- **Relatório: Agricultura ecológica: por que e como! Oficina de formação na Escola de Agricultura Ecológica HEPA, no Vietnã** p. 39
- **Relatório: Grow-ing disaster. The Fortune 500 goes farming** p. 40
- **Entrevista: “Não existe óleo de dendê sustentável de produção industrial”** p. 40
- **Relatório: Assinando a entrega da soberania: Como os contratos de investimento ameaçam a regulamentação da indústria de mineração nas Filipinas** p. 40



NOSSA OPINIÃO



Sudeste Asiático: fortalecendo a resistência para além das fronteiras

Este é o terceiro boletim regional do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais nos últimos dez meses. A primeira edição regional ([Boletim 224 do WRM](#)) analisa o que está causando a concentração de terras na região da Bacia do Congo, na África. O segundo boletim regional, [edição 226](#), é dedicado a como os povos resistem a um passado colonial que persiste através da imposição e da violência em toda a chamada América Intermediária. Nesta edição, o foco está na região que conhecida como Sudeste Asiático.

Com esses boletins regionais, o WRM quer chamar atenção para as lutas de resistência em regiões especialmente afetadas pela destruição florestal. O objetivo não é apenas dar visibilidade à situação e às lutas das comunidades, mas também apoiar os processos muitas vezes desafiadores de criação de redes e construção de movimentos entre organizações comunitárias, grupos de ativistas e movimentos sociais nos países específicos de cada região e em diferentes regiões.

Produzir boletins regionais tem sido um bom exercício de aprendizagem. Observamos, por exemplo, que as fronteiras geográficas existentes que delineiam os Estados-nação que compõem as regiões destacadas muitas vezes separam e isolam as comunidades que lutam para defender seus meios de subsistência e suas florestas. O Sudeste Asiático não é exceção. Territórios hoje identificados como Camboja, Indonésia, Timor Leste, Laos, Malásia, Brunei, Birmânia (Mianmar), Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã geralmente são agrupados sob a expressão Sudeste Asiático, mas Papua-Nova Guiné, a província chinesa de Yunnan ou o estado indiano de Manipur não são considerados parte da região. Sua exclusão revela que a expressão Sudeste Asiático é uma referência mais política do que puramente geográfica. A visão atual remonta ao processo relativamente recente de quando os Estados coloniais europeus começaram a distribuir a vasta região entre si. Essa conquista continua até hoje, embora na forma de agendas diferentes e envolvendo um grande conjunto de atores institucionais.

Em novembro de 2016, colegas e amigos oriundos da maioria dos países da região se reuniram em Bangkok, Tailândia (Siam), para compartilhar histórias e sentimentos dos



diversos contextos locais em crise. O encontro se concentrou em uma preocupação comum: “O que está acontecendo com as nossas florestas?” Ao compararem, discutirem e tecerem, juntas, as semelhanças a partir das memórias que cada participante trouxe ao encontro, essa questão imediatamente revelou uma história do Sudeste Asiático como de uma região de “Floresta perdida”. A percepção contrasta muito com a imagem de “crescimento e desenvolvimento” da região, que tem sido falsamente apresentada por elites políticas e formuladores de políticas das instituições internacionais.

Uma síntese das narrativas dos participantes sobre a crise identificou uma série de aspectos em comum, e também de singularidades, nas situações das comunidades nos diferentes países. Um dos aspectos em comum é a experiência de que a chamada estrutura de “crescimento verde” é a mesma em cada país. Trata-se da antiga doutrina do crescimento económico baseado no modelo extrativo – agora com rótulo “verde”. Com sua nova cortina de fumaça verde, esses processos destrutivos envolvem muitos atores, tanto antigos como novos, e geralmente sem base local. Ao mesmo tempo em que se promove o discurso do “crescimento verde”, os governos da região vão se tornando cada vez mais dependentes do extrativismo para sua sobrevivência política. As pessoas que habitam esses lugares, por outro lado, continuam sendo falsamente responsabilizadas pela destruição ambiental, e sua dependência intergeracional das terras florestais para satisfazer suas necessidades básicas é retratada como causa da pobreza. O uso da violência e da repressão contra elas está aumentando. Ao mesmo tempo, as comunidades estão assumindo cada vez mais sua resistência e sua luta, avançando na denúncia e na reversão dessa estratégia de responsabilização.

Uma das impressões mais fortes do encontro em Bangkok foi que o destino das florestas, ao longo da turbulência e do caráter destrutivo do “progresso”, proporciona os laços invisíveis que reconectam as histórias da sub-região continental – incluindo o Nordeste da Índia e o Mekong – e a sub-região insular composta por Malásia, Indonésia e Filipinas. Atores estatais e privados responsáveis pela destruição que caracteriza o “desenvolvimento” em toda a região tiveram que inventar constantemente novas histórias para encobrir essa destruição como “progresso” e pintar como atrasadas, ultrapassadas e improdutivas as práticas agroecológicas sábias e seu tecido social dentro de comunidades dependentes de florestas. A realidade não poderia estar mais longe dessa representação equivocada.

Como resultado dessa pressão constante, a unidade socioecológica dentro de cada comunidade e entre comunidades diferentes começou a se romper em alguns lugares, enquanto a diversidade de formas, instituições e mecanismos de solidariedade humana se transformou em arsenais para dividir e governar. Por último, mas não menos importante, assassinatos e pilhagens foram ocultados por roupagens e nomes novos. Para citar apenas alguns, nas Filipinas, as execuções extrajudiciais são apresentadas como “firmeza na aplicação da lei e da ordem” (1); no Camboja, a lenta investigação oficial sobre brutais assassinatos a tiros foi atribuída à forma da denúncia feita à polícia pelas famílias das vítimas (2); na Indonésia, o apoio financeiro para suavizar a expansão da plantação de monocultivo de dendezeiros usa frases de efeito como “proteger os direitos das comunidades locais à terra ao se engajar no setor de plantações” ou “esforços de apoio para proteger florestas de alto valor de conservação/altos estoques de carbono nas concessões de dendê”. (3)



Para continuar a destruição das florestas e o sofrimento resultante dela, bem como manter silenciosa e invisível a resistência das comunidades em todo o Sudeste Asiático, os responsáveis pela destruição comparam os danos aos chamados planos de “desenvolvimento”. O Plano de Ação de Florestas Tropicais de 1986 (TFAP, na sigla em inglês) do Banco Mundial, por exemplo, rebatizou a destruição de “desenvolvimento industrial baseado em florestas”, acrescentando a expansão de áreas de conservação como um meio para manter a destruição sob controle. Exatamente três décadas depois, o encontro de Bangkok observou que, embora o TFAP tenha sido arquivado em grande parte, o improvável casamento entre proteção florestal e destruição florestal introduzido por eles existe hoje com novos nomes: políticas, programas ou estruturas para o “crescimento verde”, “cenários em que todos ganham” pelo “meio ambiente e desenvolvimento” ou para “conservação e mitigação da pobreza”, créditos de carbono ou “compensação”, com reconhecimento de direitos, “corredores de biodiversidade” ou “compensação de biodiversidade” para “mineração com um impacto positivo sobre a biodiversidade”. Independentemente dos novos nomes, as consequências para as comunidades que dependem da floresta continuam as mesmas de programas como o TFAP: restrições às práticas tradicionais de uso da terra ou até mesmo a perda da terra, em novas concentrações verdes de terras.

Enquanto os avanços da destruição florestal jamais conheceram fronteiras, o encontro em Bangkok mostrou que a resistência e a cura também têm o poder de unir comunidades e povos para além das fronteiras, no Sudeste Asiático e em todo o mundo. Esta edição do boletim é outra maneira de apoiar e difundir essa mensagem. Para isso, o boletim – que contém artigos sobre Nordeste da Índia, Tailândia, Mianmar, Malásia, Indonésia e Camboja, bem como um artigo com um panorama geral sobre a região – será traduzido para algumas de suas principais línguas.

Esperamos que você goste da leitura!

- (1) Duterte, das Filipinas, traça paralelo com Hitler na Guerra às drogas. AFP, 30 de setembro 2016 and <https://www.youtube.com/watch?v=MU5W5CJAPH4>
- (2) *Police Blame Family for Stalled Probe Into Lost Boy*. The Cambodia Daily, 2 de setembro de 2015. <https://www.cambodiadaily.com/news/police-blame-family-for-stalled-probe-into-lost-boy-93151/>
- (3) Climate and Land Use Alliance Indonesia Initiative. Lista de concessões e contratos. http://www.climateandlandusealliance.org/wp-content/uploads/2017/01/Indonesia-Grants-List_2017-Q1.pdf



SUDESTE ASIÁTICO: CONECTANDO AS COMUNIDADES QUE RESISTEM AOS INVESTIMENTOS EM GRANDE ESCALA E INICIATIVAS DE PRESERVAÇÃO



Investimentos em grande escala e iniciativas de conservação climática prejudicam as florestas e os territórios das comunidades

O rápido crescimento econômico e a industrialização da Ásia têm um custo extremamente alto para as comunidades locais, seus ambientes e suas economias. Em toda a região, o “desenvolvimento” é caracterizado por grandes investimentos com foco no controle e na exploração de terras, florestas, água, natureza, minerais e mão de obra. Os governos asiáticos estão buscando investimentos privados em quase todos os setores da economia – de energia, petróleo, minerais, agricultura e processamento de alimentos até educação, saúde, turismo, indústria, produtos farmacêuticos, transporte e infraestrutura urbana. As fontes de investimento variam, geralmente sendo viabilizadas por ajuda bilateral, multilateral e regional e acordos econômicos, e muitas vezes sustentados por capital global e difícil de rastrear. (1)

A terra, as florestas e a água estão sendo capturadas para vários fins: agricultura industrial, plantações de árvores, energia hidrelétrica, indústria extrativa, turismo, infraestrutura física, desenvolvimento imobiliário/de propriedade, Zonas Econômicas Especiais (ZEE), corredores econômicos e simplesmente para lucros financeiros por meio da construção de novos mercados. Em poucos meses, paisagens e ecossistemas biodiversificados são transformados em plantações para produção de borracha, dendê ou mandioca, condomínios fechados ou barragens para usinas, e extensões de floresta ou áreas úmidas podem ser declaradas áreas protegidas e usadas para gerar fluxos de receita “verde”. As populações locais raramente se beneficiam dessas mudanças nas paisagens e novos mercados. Na maioria das vezes, elas perdem seus meios de subsistência, seus lares, suas culturas, suas identidades e seu acesso aos estoques naturais de alimentos, e são despejadas à força, remanejadas e pressionadas a fazer trabalho precário e mal remunerado. (1)



A concentração de terras está mais elevada do que nunca em lugares que tem muitos dos proprietários como parte de elites politicamente conectadas, como Filipinas, Camboja, Laos, Malásia, Paquistão, Índia e Indonésia. Nos últimos 10 a 15 anos, governos de toda a Ásia têm implementado a uma série de mudanças legislativas para retirar as poucas proteções de que os pequenos agricultores e pescadores, povos indígenas e moradores da floresta têm desfrutado tradicionalmente, deixando-os vulneráveis à tomada de suas terras por empresas estatais e corporativas para que promovam agricultura industrial em grande escala, indústrias extrativas, desenvolvimento de infraestrutura e “corredores econômicos”. (2) As mudanças diferem de um país a outro, mas todas são concebidas para facilitar às empresas a aquisição de grandes áreas de terra usadas por comunidades locais para extração de madeira, minerais, água e outras riquezas naturais com poucas restrições legais.

Muitos formuladores de políticas argumentam que a aquisição de terras pelo Estado é necessária para garantir desenvolvimento e crescimento econômico. Indonésia e Índia estão implementando leis que permitem a aquisição de terras para megaprojetos usando a justificativa do desenvolvimento nacional e do interesse público. Na Tailândia, o Plano Diretor Florestal (FMP, na sigla em inglês) é a mais recente de uma longa série de tentativas de expandir as plantações de monoculturas de árvores no país. Lançado em junho de 2014 pelo Comando de Operações de Segurança Interna e pelo Ministério de Recursos Naturais e Meio Ambiente da Tailândia, o FMP permite concessões a empresas privadas para plantações de árvores em áreas florestais, colocando em risco de deslocamento forçado as comunidades que vivem e cultivam nessas florestas. (3) O governo do Camboja converte terras públicas em terras privadas e considera as florestas comunitárias como “florestas degradadas” à disposição para concessões econômicas de longo prazo às empresas.

A expansão das plantações de monoculturas de árvores será exacerbada por novos fundos voltados a desencadear investimentos privados na chamada agricultura de “desmatamento zero”. O último anúncio desse tipo foi feito no Fórum Econômico Mundial (FEM), em janeiro de 2017. O governo norueguês e empresas globais, como Carrefour, Marks & Spencer, Mars, Metro, Nestlé, Tesco e Unilever, prometeram fundos de até 400 milhões de dólares. Esses fundos desencadeariam mais investimentos privados em grande escala para usos comerciais da terra que também protegessem e restaurassem florestas e turfeiras. (4)

No entanto, com base na experiência de programas semelhantes implementados em países como Vietnã, Indonésia, Filipinas, Mianmar e Camboja, esses fundos provavelmente estimularão programas de agricultores integrados, que obrigam pequenos produtores a usar suas terras para expandir plantações de *commodities* para exportação. Esses esquemas de integração tendem a colocar todo o risco sobre os pequenos agricultores, proporcionando às empresas um controle, na prática, sobre as terras dos camponeses. Eles também permitem que a indústria global de alimentos oculte o aumento do controle corporativo sobre as terras agrícolas sob o pretexto da “responsabilidade social”. Frequentemente, os governos criam linhas especiais de crédito bancário para os agricultores nesses programas de integração, facilitando empréstimos para a compra de sementes, fertilizantes, etc., subsidiando essas iniciativas empresariais em reação às críticas sobre a falta de ação para reduzir os impactos das mudanças industriais sobre as alterações climáticas. As evidências concretas coletadas até o momento mostram que esses programas de investimento privado pouco fizeram



para parar o desmatamento ou reduzir o uso da maior fonte de emissões globais de gases de efeito estufa relacionada à produção agrícola: o uso de fertilizantes nitrogenados. Em muitos projetos na região central do Vietnã, por exemplo, esses fertilizantes são inclusive recomendados e fornecidos a agricultores pela norueguesa Yara, uma das principais empresas por trás da Nova Visão para a Agricultura do FEM e importante membro da Aliança para a Agricultura Inteligente para o Clima. (5)

Enquanto isso, a agricultura tradicional praticada por camponeses e pequenos agricultores continua enfrentando muitos desafios. Por exemplo, na República Democrática Popular do Laos, a agricultura que utiliza corte e queima é vista pelos formuladores de políticas como uma das principais causas do desmatamento. Na década de 1990, o Governo do Laos deu início ao Programa de Alocação de Terras e Florestas (LFAP, na sigla em inglês), que proíbe a agricultura itinerante e prescreve as formas como devem ser administrados os diferentes tipos de terras. Estudos mostram que, ao contrário das expectativas, o LFAP aumentou a insegurança fundiária e alimentar, a pobreza e a migração forçada, e não conteve o desmatamento, já que as comunidades locais não eram a causa dele. (6) Mais recentemente, o governo estabeleceu regulamentos sobre “Corredores de Conservação da Biodiversidade” em nível de província, que definiram uma base legal para a gestão dos chamados “corredores da biodiversidade”, com 12,8 milhões de dólares do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD). Esse programa do BAD visa testar o “manejo florestal sustentável” e preparar os países para ter acesso ao financiamento relacionado ao sistema de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD). Foi feito planejamento do uso da terra em 67 povoados, cobrindo 350 mil hectares de floresta onde foi proibido o uso de agricultura de corte e queima pelas comunidades locais. (7)

Os acordos de livre comércio e investimento têm papel importante na definição de leis e políticas que facilitam a tomada da terra e da água para grandes investimentos, desmatamento e degradação de ecossistemas. Eles fazem isso indiretamente – incentivando a produção especializada e verticalmente integrada de *commodities* de exportação, que levam à expansão da mineração e das grandes plantações monocultoras –, e diretamente, obrigando os governos a remover barreiras ao investimento estrangeiro. (8) Por exemplo, em Janeiro de 2016, a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) lançou a Comunidade Econômica da ASEAN (AEC), com o objetivo de criar um mercado e uma base de produção únicos em nível regional, que sejam competitivos e plenamente integrados à economia global. (9) Para facilitar a AEC, os governos membros da ASEAN assinaram uma série de acordos que facilitam o acesso dos grandes investidores a terra, recursos naturais, matérias-primas e mão de obra, e garantem proteção jurídica aos seus direitos de operar e ter lucro. Esse tipo de proteção não está disponível para as populações locais que perdem suas terras, suas florestas, suas fontes de água e seus meios de subsistência para projetos de infraestrutura e outros programas de investimento apresentados como desenvolvimento.

Na região do Mekong, o Programa de Cooperação Econômica da Sub-região do Grande Mekong (GMS), liderado pelo BAD, visa a transformar os ricos recursos humanos e naturais da região em uma área de comércio e investimento livres, por meio de ambiciosos investimentos multissetoriais em transporte (vias rodoviárias, ferroviárias, aéreas e navegáveis), energia, expansão urbana, telecomunicações, turismo, facilitação do comércio e agricultura. O ponto central da base estratégica do GMS é o desenvolvimento de corredores econômicos, que são bolsões de alto investimento em



infraestrutura. Alguns corredores econômicos são acompanhados por “corredores de conservação da biodiversidade”, como no Laos, no Camboja e no Vietnã. Esses “corredores de conservação da biodiversidade” cobrem dois milhões de hectares de terras florestais e não florestais, e servem como componentes “verdes” do investimento em infraestrutura. A estratégia agrícola do GMS enfatiza a integração dos agricultores de subsistência da região em cadeias de suprimento regionais/globais controladas por corporações do agronegócio e a reorientação da produção agrícola de subsistência para alimentar mercados regionais e globais.

Independentemente da retórica sobre redução da pobreza e desenvolvimento sustentável, o modelo de desenvolvimento promovido e sustentado por governos, doadores e Instituições Financeiras Internacionais é cada vez mais extrativista e gera desigualdade e injustiça. Esse modelo se apropria de elementos da natureza, do potencial humano e das matérias-primas para gerar lucros para empresas, enquanto destrói ecossistemas, comunidades e possibilidades de vida digna. A violência contra as pessoas e a natureza faz parte desse modelo. Não é de admirar que, em toda a Ásia, as populações locais estejam resistindo a esse desenvolvimento. Elas enfrentam imensos riscos políticos e de segurança para defender suas terras, suas águas, suas florestas e seus ecossistemas contra o capital predatório que alimenta o extrativismo.

Shalmali Guttal, *Diretora da Focus on the Global South*
Kartini Samon, *GRAIN*

- (1) Shalmali Guttal. Introduction: Redefining Governance; Challenging Markets in *Keeping Land Local: Reclaiming Governance from the Market*. Outubro de 2014. <http://focusweb.org/landstruggles>
- (2) GRAIN. Asia’s agrarian reform in reverse: laws taking land out of small farmers’ hand. Abril de 2015. <https://www.grain.org/article/entries/5195-asia-s-agrarian-reform-in-reverse-laws-taking-land-out-of-small-farmers-hands>
- (3) WRM. O novo “Plano Geral de Silvicultura” da Tailândia: a velha estratégia com nova roupagem. Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, edição 208, novembro de 2014. <http://wrm.org.uy/bulletins/issue-208/>
- (4) World Economic Forum. \$400 Million Fund Launched in Davos to Stop Tropical Deforestation and Boost Farming. Janeiro de 2017. <https://www.weforum.org/press/2017/01/400-million-fund-launched-in-davos-to-stop-tropical-deforestation-and-boost-farming/>
- (5) GRAIN. Grow-ing disaster: The Fortune 500 goes farming. Dezembro de 2016. <https://www.grain.org/article/entries/5622-grow-ing-disaster-the-fortune-500-goes-farming>
- (6) Para mais informações, ver, por exemplo, Shalmali Guttal, *Whose Lands Whose Resources?* In Development, 2011, 54(1), (91-97) 2011 Society for International Development 1011-6370/11 www.sidint.net/development/
- (7) Asian Development Bank. ADB Grant Assistance to Support Sustainable Biodiversity Management. Outubro de 2016. <https://www.adb.org/news/adb-grant-assistance-support-sustainable-biodiversity-management>
- (8) Lorenzo Cotula. Tackling the trade law dimension of land grabbing. International Institute for Environment and Development, 14 de novembro de 2013. <http://www.iied.org/tackling-trade-law-dimension-land-grabbing>
- (9) <http://investasean.asean.org/index.php/page/view/asean-economic> - <http://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section1/thailands-new-forestry-master-plan-same-old-strategy-dressed-up-in-new-clothes/> community/view/670/newsid/755/about-aec.html ; acessado em 20 de dezembro de 2016



Conflitos florestais na Tailândia: Estado versus comunidades

A política florestal moderna da Tailândia já teve muitas fases. No século XIX, os britânicos começaram a desmatar o país em busca de teca. No século XX, outros madeireiros comerciais acabaram assumindo o controle. Porém, órgãos governamentais ansiosos por negar a floresta a movimentos insurgentes promoveram agricultura comercial e usinas hidrelétricas, bem como extração de madeira. Em 1989, as florestas do país, que haviam sido muito extensas, estavam gravemente esgotadas e a exploração madeireira foi proibida oficialmente.

No entanto, na época seguinte, de maior ênfase em “conservação florestal” e “reflorestamento”, a área florestal do país continuou a diminuir e aumentaram os conflitos entre o governo e a população local.

Em parte, a raiz desses conflitos está no rígido controle legal que o Departamento Real de Florestas de Tailândia tem sobre áreas enormes, com e sem florestas. Mais de 11 mil comunidades em todo o país estão estabelecidas em terras oficialmente pertencentes ao Estado, que abrangem um total de 57 por cento do país. Além disso, embora o Departamento de Terras da Tailândia tenha emitido vários tipos de títulos individuais sobre mais de 20 milhões dos 51 milhões de hectares de terras do país, incluindo grande parte das terras florestais do Estado, 90 por cento desses direitos estão nas mãos de menos de 10 por cento da população. Pelo menos 38 por cento das terras de propriedade privada – possivelmente muito mais – estão ociosos. Isso torna o conflito inevitável: não apenas 1,5 milhão de famílias têm que arrendar terras para cultivar, como mais de 800 mil famílias de agricultores não possuem terra alguma.

Entretanto, a Lei de Reflorestamento de 1993 legitimou a ocupação, por plantações de árvores de rápido crescimento, de grande parte das terras do Estado que eram usadas pelas comunidades para a agricultura. E agora o Estado está usando outro argumento para expulsar povos das terras de floresta legal: o de que os moradores de povoados estão causando o aquecimento global com seus assentamentos. Este artigo discute alguns conflitos em duas províncias localizadas no norte da Tailândia – Phetchabun e Chaiyaphum – onde medidas oficiais de conservação florestal invadiram as povoações.

Phetchabun

Huay Rahong, um povoado de mais de 1,2 mil pessoas na província de Phetchabun, no norte da Tailândia, foi estabelecido desde 1971. A maioria dos moradores atuais foi expulsa de seu povoado chamado Sambon quando o governo criou o Parque Nacional



Nam Nao, em 1971. Huay Khonta, outro povoado próximo muito menor, foi criado em 1963.

Em 26 de novembro de 1999, o governo criou um santuário natural chamado Phu Pa Daeng (Montanha do Penhasco Vermelho) em terras onde estão os assentamentos e suas florestas circunvizinhas, e deixou clara sua intenção de despejar as pessoas. Os moradores do minúsculo povoado de Huay Waai, adjacente a Huay Rahong, já foram espoliados sem que tenham recebido indenização ou terra para reassentamento. Funcionários do Parque Nacional enganaram as famílias para que elas fossem embora, prometendo uma indenização se elas saíssem de seu povoado, mas a promessa não tem qualquer base legal porque os moradores não possuíam títulos da terra, e foi feita apenas para enganá-los e fazer com que saíssem.

Huay Khonta também está sob permanente ameaça. Em 2005, quando 13 moradores (incluindo crianças e uma pessoa com deficiência) foram contratados por um vizinho para colher milho em campos que ficavam dentro do santuário natural, o chefe do santuário apresentou acusações de invasão criminosa. O juiz negou provimento, dizendo que a situação da pequena área em questão (menos de um hectare e meio) não era clara. No entanto, a decisão foi revertida pelo Tribunal de Apelações, resultando em penas de seis meses de prisão (suspensas por dois anos). Depois disso, o Supremo Tribunal confirmou a decisão do Tribunal de Apelações.

Os moradores de Huay Khonta também enfrentam uma ação civil movida pelo Departamento de Parques Nacionais por “causar aquecimento global” de acordo com a Lei Ambiental de 1992, que responsabiliza os poluidores pelos danos que gerarem. Normalmente aplicada a indústrias poluentes, a lei foi adaptada recentemente para ser usada como uma arma contra moradores pobres de zonas rurais, com a ajuda de acadêmicos contratados que criaram uma fórmula segundo a qual os agricultores de Huay Khonta podem ser multados em até 26.250 dólares por hectare por “causar” aumentos de temperatura, erosão, esgotamento de nutrientes do solo e danos hidrológicos. No total, os moradores locais poderiam, teoricamente, ser responsabilizados por 70 mil dólares em danos, o que é uma quantia enorme para os padrões locais. No caso em questão, em 28 de dezembro de 2016, o tribunal multou os réus de Huay Khonta em 3.562 dólares por hectare, acrescidos de juros anuais de 7,5 por cento a partir de 2005.

Os moradores continuam contestando o que consideram uma injustiça do ponto de vista jurídico. Eles não apenas interpuseram um recurso nos tribunais, mas também apresentaram uma criativa proposta de um novo tipo de “título de terras comunitário”, que acreditam poder resolver o problema de forma pacífica no longo prazo. A propriedade comunal reduziria o risco de as terras serem vendidas ou de as famílias serem coagidas a abrir mão delas se elas estivessem registradas sob títulos individuais de propriedade privada. A proposta apresenta um processo para a comunidade estabelecer os regulamentos e um comitê liderado pela própria comunidade para cuidar da terra. Os recursos provenientes do uso comunitário da terra também contribuirão para um “Fundo de Terras” que apoiará os membros da comunidade que necessitem.

Chaiyaphum

O conflito sobre o projeto de plantação de árvores de Khonsarn, na província de Chaiyaphum, data de 1978, quando o Departamento Real de Florestas autorizou a



Organização da Indústria Florestal (FIO, na sigla em inglês) a plantar eucalipto em uma área que coincide com as propriedades de moradores.

A FIO, uma empresa estatal do Ministério da Agricultura e Cooperativas, foi criada em 1947, após as concessões dadas às madeireiras estrangeiras expirarem. Historicamente, seu trabalho era extrair madeira, desde que replantasse as áreas desmatadas.

Isso se revelou um problema em Chaiyaphum, onde várias áreas montanhosas que haviam sido desmatadas permaneceram dominadas pelo Partido Comunista da Tailândia (CPT) até o final da década de 1970. Não se atrevendo a pôr os pés lá, a FIO propôs fazer o replantio em áreas mais baixas, incluindo a Reserva Florestal Nacional Phu Sampak Nam, criada em 1973, parte da qual se tornou um santuário natural em 2000.

A plantação de eucaliptos resultante disso deveria cobrir 3,2 mil hectares. Apenas 704 hectares foram realmente plantados, devido à resistência dos ocupantes da terra, mas a FIO continuou tentando expulsar os moradores usando instrumentos jurídicos e a máfia local para pressioná-los até 1986. Outra estratégia era uma proposta de “povoado florestal”, na qual a FIO alocaria pouco menos de um hectare para que cada família participante estabelecesse uma casa e um pouco de agricultura. Mas apenas 40 das 102 famílias que viviam nas zonas sob conflito acabaram participando.

Em 2004, cerca de 277 famílias afetadas pelo projeto da FIO se reuniram em uma rede e exigiram que o governo cancelasse a plantação e, em vez dela, alocasse as terras à comunidade. Eles propuseram que o governo emitisse certificados comunitários de terras para a comunidade e aceitasse seu direito de estabelecer e manejar suas próprias terras florestais comunitárias. A proposta inclui uma pequena área de terra para que cada uma das famílias participantes construa uma casa e produza alimentos, bem como uma floresta comunitária, terra agrícola comunal e terra para uso público/comunitário. Até agora, no entanto, o governo não respondeu.

Em 2009, os moradores recuperaram cerca de 15 hectares de terras em que a FIO plantara eucaliptos em 2004, reclassificando-a em quatro categorias para uso próprio: terrenos residenciais e agrícolas, terras comunais, florestas comunitárias e terrenos para estruturas públicas, como estradas. A FIO reagiu processando 31 pessoas, o que resultou em uma ordem para que os réus e seus familiares deixassem a área. Até agora, eles se recusaram a cumprir essa decisão.

Em 2014, os militares tailandeses assumiram o poder, intitulando-se Conselho Nacional de Manutenção da Paz (NPKC). A Política de Recuperação Florestal do NPKC, que visa a aumentar a cobertura florestal do país para 40 por cento, foi aproveitada pelas autoridades provinciais de Chaiyaphum como base para ordenar que as pessoas de Bo Kaew, na área de plantação da FIO, desmantelassem seu povoado em 30 dias. No entanto, argumentando que o NPKC também se comprometeu a não interferir nos meios de subsistência dos camponeses pobres, os residentes de Bo Kaew até agora resistiram à ordem de despejo.

Em abril de 2016, um líder local, Den Khamlae, desapareceu enquanto colhia alimentos em uma área perto de sua casa e não foi mais visto. Den vinha insistindo publicamente no seguinte: “Nós, os pobres, não queremos ser processados e nos tornar desabrigados e marginalizados em nosso país”. Embora a população local e a polícia tenham



encontrado áreas queimadas e fragmentos de ossos entre a floresta comunitária de seu povoado e a área de conservação onde Den desapareceu, pertencente ao Estado, a investigação do caso não avançou.

Rumo ao Futuro

Sob o regime atual da Tailândia, os cidadãos têm ainda mais razões do que antes para temer que suas terras e florestas sejam tomadas e entregues a grandes empresas e outros grupos dispostos a compartilhar os espólios com os militares.

No entanto, uma rede da sociedade civil, incluindo comunidades de todo o país que enfrentam problemas semelhantes aos que dos moradores de Phetchabun e Chaiyaphum, teve alguns êxitos em sua pressão pela aprovação de quatro novas leis: uma Lei de Títulos de Terras Comunitárias, uma Lei sobre Fundos para o Banco de Terras, uma Lei sobre o Fundo de Justiça e uma Lei sobre Impostos Progressivos que iria cobrar impostos mais elevados dos proprietários que não estão usando suas terras.

Todas as quatro propostas legislativas, se aprovadas, ajudarão a resolver disputas de terras e reduzirão as desigualdades na propriedade da terra. Elas estão até tendo uma recepção simpática do governo, com exceção da Lei de Títulos de Terras Comunitárias. Com relação aos direitos comunitários sobre a terra, o governo favorece suas próprias propostas mais limitadas, que envolvem o manejo de terras pelas cooperativas e que não reconhecem os direitos das comunidades em parques nacionais ou santuários de vida selvagem.

Oranuch Phonpinyo

Rede de Reforma Agrária do Nordeste – Tailândia

Para mais informações:

(1) The Land Institute Foundation of Thailand

(2) Direitos Civis Tailandeses e Jornalismo Investigativo:

<http://prachatai.org/english/category/news>

(3) Prachatai News, 17 de maio de 2013: <http://prachatai.com/journal/2013/05/46764>



Mianmar: nova política de promoção dos direitos indígenas já está ameaçada

Os últimos anos têm sido um período de importantes mudanças em Mianmar, representado de forma mais significativa pela vitória da Liga Nacional pela Democracia (LND) (1) nas eleições de novembro de 2015. Muito menos divulgado fora do país, mas igualmente significativo, foi o lançamento, em janeiro de 2016, de uma nova Política Nacional de Uso da Terra (PNUT). A política foi lançada como parte da última grande iniciativa da administração que terminava seu mandato antes de transferir o poder à LND, em abril de 2016. A política propriamente dita foi resultado de um processo inédito de consulta e revisão que durou um ano, supervisionado em grande parte pelo antigo Ministério do Meio Ambiente, Conservação e Florestas, sob os auspícios de um órgão interministerial estabelecido pelo vice-presidente. Ausente da elaboração de outras políticas, a PNUT incluiu um total de pelo menos 91 consultas públicas, incluindo 17 consultas lideradas pelo governo e pelo menos 74 lideradas por organizações da sociedade civil em mais de 40 municípios, e incluiu quatro grandes seminários nacionais de consulta. (2) A política deverá funcionar como um documento orientador na elaboração de uma Lei Nacional de Terras e na reforma das leis existentes, como a antiquada Lei de Aquisição de Terras, de 1894, e a Lei de Gestão de Terras Vazias, de Pousio e Virgens, de 2012, que serve de base para a alocação de terras étnicas tradicionais a investidores.

O documento resultante é, em grande parte, um instrumento de conciliação contendo 13 partes centrais que delineiam a política do governo em diferentes temas, desde áreas amplas, como a administração e o planejamento do uso da terra, até partes mais específicas como a concessão de terras de propriedade do Estado; os procedimentos relacionados à aquisição de terras, reassentamento com indenização; tributação, monitoramento e avaliação de terras, bem como, sobretudo, direitos de uso da terra das nacionalidades étnicas, e igualdade de direitos entre homens e mulheres. A política vem sendo criticada por alguns ativistas da terra por não fazer o suficiente para parar concessões e investimentos relacionados à terra. No entanto, deve-se dizer que ela oferece importantes reformas na governança de terras, que tentam regulamentar, restringir e sugerir soluções de políticas para muitos dos atuais conflitos em torno da terra, incluindo a concentração e a alienação como resultado de concessões e arrendamentos pelo Estado das terras tradicionais de vários grupos étnicos. Na verdade, pode-se dizer que essa política representa uma mudança significativa no marco de governança de terras de cima para baixo, até então vigente em Mianmar. O forte



reconhecimento da posse consuetudinária, se implementado na forma de lei, diferenciaria o país de alguns dos vizinhos mais autoritários, como Vietnã, Camboja e Laos.

A política propriamente dita é importante por conter os seguintes princípios básicos: “Reconhecer e proteger legalmente os legítimos direitos das pessoas à posse da terra, da forma em que são reconhecidos pela comunidade local, com atenção especial aos grupos vulneráveis, como pequenos agricultores, pobres, nacionalidades étnicas e mulheres”. Acima de tudo, a PNUF é significativa na medida em que, pela primeira vez, reconhece e protege as reivindicações tradicionais e comunitárias de posse de terras. Nesse sentido, a Parte 8, sobre os Direitos de Uso da Terra para Nacionalidades Étnicas, é a seção mais importante dedicada integralmente ao reconhecimento e à proteção da posse tradicional por grupos étnicos em Mianmar. O Artigo 64 estabelece que “os sistemas consuetudinários de posse da terra devem ser reconhecidos na Lei Nacional de Terras para garantir a conscientização, o cumprimento e a aplicação das práticas tradicionais de uso da terra das nacionalidades étnicas, o reconhecimento formal dos direitos consuetudinários de uso, a proteção desses direitos e a aplicação de mecanismos imparciais e acessíveis de solução de conflitos”.

A seção de direitos étnicos à terra continua nessa linha. Em seus 11 artigos, reconhece as práticas consuetudinárias de manejo de terras, protege as terras étnicas da alocação para concessões de terra, reconhece e protege os sistemas de cultivo itinerante, reconhece a necessidade de participação real das nacionalidades étnicas nas decisões relativas às suas terras e a importância dos procedimentos habituais de solução de conflitos, e estabelece princípios básicos para resolver conflitos históricos de terras e a situação de povos deslocados. Se implementadas em lei, essas mudanças representariam um afastamento monumental da atual governança das terras tradicionais em Mianmar, que funciona de cima para baixo.

É importante destacar que a Parte 9 da PNUF contém um capítulo específico sobre igualdade de direitos entre homens e mulheres, que foi incluído depois de muito debate e pressão por parte dos grupos locais da sociedade civil que lutam por igualdade de gênero em Mianmar. As mulheres são muito desfavorecidas no país, principalmente no que diz respeito à terra, em grande parte vista como domínio dos homens e cujos documentos de registro não costumam incluí-las. (3) A Parte 9 da PNUF não é longa, sendo composta de apenas dois artigos, mas o Artigo 75 enuncia oito direitos específicos de posse da terra que devem ser dados às mulheres, que incluem o direito de serem proprietárias individuais ou terem título compartilhado de propriedade, o direito à terra quando o cônjuge morre ou quando a propriedade é dividida em caso de divórcio, e o direito de participarem e representarem a comunidade nas decisões sobre a terra.

A PNUF de 2016 parece representar uma significativa mudança de rumo para o país, em direção a um sistema mais democrático e participativo de governança de terras, que respeite os direitos das comunidades rurais e étnicas que há muito se queixam da concentração de terras patrocinada pelo Estado. No entanto, em 11 de novembro de 2016, apenas dez meses após a aprovação da PNUF, uma comissão pouco clara, mas poderosa, do Parlamento Nacional, conhecida como *Comissão Especial de Análise de Assuntos Jurídicos e Especiais* (a partir daqui, Comissão Especial) submeteu um memorando ao Parlamento. O memorando, depois de mencionar o Artigo 37 da Constituição de 2008 (que foi redigido pelos militares e declara o Estado como o



proprietário original de todos os recursos naturais acima e abaixo da terra), afirma que a PNUT continha seis “fatos indevidos e irrelevantes” que deveriam ser retirados do documento e seis itens correspondentes que “deveriam ser necessariamente acrescentados”.

Em consonância com a natureza explicitamente secreta da Comissão Especial, (4) o memorando não foi divulgado publicamente, apesar de ter sido submetido ao Parlamento Nacional. Na verdade, a existência do documento só foi conhecida semanas depois pela comunidade mais ampla ligada à reforma agrária através de uma breve menção no jornal local, publicado em língua inglesa, *Myanmar Times*, o que levou a uma investigação mais aprofundada por parte de agências doadoras. O documento é assinado por U Shwe Mann, presidente da Comissão Especial e com muito poder político no governo. Ex-general, presidente do partido que ocupava o governo anteriormente (USDP) e presidente da câmara baixa do Parlamento Nacional na administração anterior, U Shwe Mann e sua família têm interesses econômicos significativos em todo o país, incluindo investimentos em agronegócio. (5) É importante observar que ele é considerado amplamente um aliado próximo do líder da LND e Conselheiro de Estado Daw Aung San Suu Kyi. Na verdade, foi amplamente divulgado na imprensa, em 2015, que U Shwe Mann foi expurgado do anterior partido político do USDP por ser muito próximo do líder da LND. Enquanto perdeu sua cadeira no parlamento nas eleições de 2015, U Shwe Mann foi nomeado para a Comissão Especial pelo Conselheiro de Estado, no que foi considerado por alguns como uma recompensa por apoiar Daw Suu Kyi na tentativa de empreender a reforma constitucional na legislatura anterior. (6)

Observando os seis itens listados como “fatos indevidos e irrelevantes que devem ser excluídos”, o primeiro e o último são possivelmente os menos polêmicos e se referem ao estabelecimento de uma entidade de gestão de informações sobre a terra e à retirada de uma referência à realização de revisões quinquenais do documento da política, respectivamente. O primeiro item citado no memorando se refere ao Artigo 18 da PNUT, que sugere que haja uma entidade específica para a gestão de informações sobre a terra em todo o país. Ao recomendar que esse órgão não seja criado, a Comissão Especial aparentemente não conseguiu perceber que o órgão já existe na forma do projeto *One Map Myanmar (Mapa Único de Mianmar)*, que visa consolidar dados e informações espaciais relacionados à terra entre diferentes ministérios. (7) No que se refere ao último item, a Comissão Especial alega que uma atualização periódica da política exigiria uma atualização periódica da lei, e que isso seria inviável, embora não sejam mencionadas as razões para esse parecer. Considerando-se a importância da política de terras e a atual situação em Mianmar, que sofre mudanças, parece ser inteiramente razoável rever, de cinco em cinco anos, tanto a política de terras quanto a lei.

A segunda questão a ser retirada pela Comissão Especial é a referência ao estabelecimento de tribunais especiais e um processo tripartite de arbitragem independente para a solução de conflitos de terras. Esse sistema de queixa independente é proposto no Artigo 42 da PNUT, precisamente porque o atual marco jurídico se mostrou insuficiente para resolver muitos conflitos de terras. O atual marco jurídico não reconhece as terras comunais das comunidades, a propriedade consuetudinária de terras ou o cultivo itinerante, e, de fato, a Lei de Gestão de Terras Vazias, de Pousio e Virgens, de 2012, acima mencionada, atualmente legaliza a concessão de terras



comunais tradicionais e terras de pousio a investidores privados. Ao exigir a eliminação do órgão de arbitragem independente (que ainda deve ser estabelecido), a Comissão Especial já parece estar dando um claro sinal de que o *status quo* da hegemonia de terras do Estado deve continuar.

A terceira questão indicada para eliminação pela Comissão Especial talvez seja a mais preocupante: a Parte 8, sobre direitos à terra das nacionalidades étnicas em sua totalidade! Conforme explicado acima, a Parte 8 é o capítulo principal da PNUF que dá orientações explícitas sobre a segurança da posse em sistemas informais de propriedade da terra e dos regimes tradicionais de posse comunal, bem como do sistema de gestão de recursos naturais, que atualmente predomina na governança de terras para as nacionalidades étnicas em Mianmar, principalmente para as que estão nas áreas montanhosas das terras altas do país. Surpreendentemente, a Comissão Especial justifica a retirada da Parte 8 com base no fato de que a legislação atual (especificamente a Lei de Terras e Receitas, a Lei de Cidades e Povoados, a Lei de Gestão de Terras vazias, de Pousio e Virgens, e a Lei de Terras Agrícolas e Florestais) já respeita os direitos consuetudinários e que estes, na verdade, são geridos pelos respectivos departamentos. No entanto, as palavras “consuetudinário” e “tradicional” não aparecem nem uma vez na Lei Florestal (1992), na Lei das Terras Agrícolas (2012) ou na Lei de Terras Vazias, de Pousio e Virgens (2012). Além disso, esta lei é criticada por muitos grupos defensores dos direitos étnicos como sendo um dos principais métodos pelos quais o Estado em Mianmar facilita atualmente a transferência de terras étnicas tradicionais e recursos naturais para que investidores privados realizem projetos de desenvolvimento. Essa foi uma poderosa fonte de conflito entre o Governo da União de Mianmar e os grupos étnicos. Além disso, o Capítulo 8 é a única seção da PNUF que especificamente demanda uma nova Lei de Terras que reconheça o regime de posse consuetudinária e forneça os meios para registrar formalmente na lei os regimes consuetudinários de posse. A supressão do Capítulo 8 prejudicaria de forma significativa os regimes tradicionais de posse por pessoas das nacionalidades étnicas ao não levar em conta seus meios de subsistência e seus sistemas específicos de governança da terra.

A Comissão Especial também almeja retirar a proteção e o reconhecimento do cultivo itinerante, afirmando que o sistema agrícola tradicional praticado por grupos étnicos das montanhas “deteriora o ambiente natural”. A Comissão defende que o sistema seja “substituído por práticas agrícolas avançadas, como a agricultura em terras altas, a agricultura de terraceamento e a agrossilvicultura”. A demanda pela retirada de qualquer referência à proteção desse sistema tradicional de agrossilvicultura destaca uma fragilidade subjacente no entendimento da complexidade dos regimes de posse da terra em áreas rurais do país. Essa retirada também parece procurar manter a política de erradicação de cultivos itinerantes que não deu certo nem em Mianmar nem na região como um todo. Hoje em dia, os meios de subsistência das nacionalidades étnicas que vivem principalmente nas terras altas de Mianmar são muito frágeis, devido à situação de insegurança sobre a posse nas áreas que não leva em conta os seus sistemas tradicionais de gestão de terras e recursos naturais. Esses sistemas não são reconhecidos nem protegidos na legislação atual do país e, a esse respeito, o Capítulo 8 da PNUF fornece uma orientação global para o desenvolvimento de futuros marcos de governança de terras em torno do contexto específico das nacionalidades étnicas que residem nas terras altas, mas também os direitos de titulares de posse consuetudinária. As demandas pela retirada da referência à proteção e ao reconhecimento de sistemas de cultivo



itinerante, bem como a supressão dos Direitos à Terra das Nacionalidades Étnicas, provavelmente serão percebidas como uma traição significativa ao caráter aberto e participativo do processo de consulta da PNUT, que durou um ano. Além disso, de acordo com observadores de Mianmar entrevistados por pesquisadores de campo do WRM, essa movimentação representa um significativo risco de prejudicar a confiança junto a OSCs étnicas e representantes de grupos étnicos armados que estão trabalhando com o governo para negociar um cessar-fogo nacional e um acordo de paz para os conflitos que atormentaram o país, de tempos em tempos, nas últimas cinco a seis décadas. Isso se torna ainda mais importante quando o manifesto eleitoral da LND se compromete a “resolver problemas entre grupos étnicos através de um diálogo baseado no respeito mútuo”. (8)

Se não bastasse a proposta de retirada dos direitos étnicos à terra e da referência à proteção e ao reconhecimento da agricultura itinerante, a Comissão Especial também pede a supressão de qualquer referência à igualdade de direitos entre homens e mulheres no que diz respeito à posse da terra, mesmo na Parte 8 (a), dos princípios básicos mencionados anteriormente, e presumivelmente também na Parte 9, sobre “Igualdade de Direitos entre Homens e Mulheres”. Na lógica bizarra da Comissão Especial, o pedido de retirada dessas medidas se baseia no receio de que a unidade étnica seja afetada, supostamente porque os grupos étnicos querem continuar discriminando as mulheres em termos de propriedade da terra. Não se apresenta nenhuma evidência para sustentar essa afirmação, que parece se basear mais nas opiniões pessoais dos membros da Comissão Especial (todos homens) e não em qualquer tipo de evidência empírica. Como as atividades de celebração do Dia Internacional da Mulher, em 8 de Março, sublinharam mais uma vez em todo o mundo, a situação atual dos direitos das mulheres à terra, incluindo em Mianmar, mostra que é necessário sensibilizar agências governamentais, em Mianmar e em outros lugares, com relação a esses direitos na governança da terra.

Depois da declaração de eliminação dos itens mencionados, a Comissão Especial apresenta seis questões detalhadas que devem ser acrescentadas à política atual. Algumas delas dizem respeito ao funcionamento de diferentes entidades administrativas do governo. No entanto, o tom avassalador de muitas das mudanças sugeridas está relacionado à manutenção dos interesses empresariais e à capacidade do Estado de adquirir à força todas as terras consideradas necessárias. Os argumentos são melhor resumidos pelo seguinte raciocínio retirado da cláusula sexta do memorando: “Quanto ao Estado, o proprietário original de todos os recursos de terra, se necessário, tem plenos direitos de adquirir e administrar terras de interesse público que devam ser incluídas na política. A mudança no uso da terra (de agrícolas para outros tipos) e a monopolização aumentam em muito os seus preços e, conseqüentemente, os investidores nacionais e estrangeiros enfrentam problemas. Portanto, os governos da União, estaduais ou regionais precisam adquirir terras pagando indenizações com valor fixo, a fim de fazer uso da terra de forma eficaz e frutífera”.

Atualmente, não se sabe como vai se desenrolar o questionamento da Comissão Especial aos desejos de reforma agrária da maioria da população, que foram descritos em um amplo processo de um ano. O memorando da Comissão Especial parece estar lentamente ganhando terreno no aparelho governamental. No entanto, a questão que se coloca é qual o impacto de uma tentativa do governo de levar a cabo essas medidas unilateralmente, passando por cima da confiança e da boa vontade que foi desenvolvida entre o governo e os cidadãos, a sociedade civil e os grupos de nacionalidades étnicas



que participaram no processo de consulta de um ano sobre a PNUT. Além disso, será que esse movimento não seria considerado uma bofetada na cara dos esforços ainda incipientes em um processo nacional de consulta em torno da formulação da política e da lei? Visto do lado de fora, o ataque à PNUT aparece como parte de uma batalha mais ampla entre os que desejam terra e reforma agrária e os interesses empresariais que querem manter o *status quo*.

Mesmo assim, o que talvez seja mais preocupante nesse caso é que um órgão do parlamento, em grande parte não eleito, mas misteriosamente poderoso, pareça exercer influência significativa sobre a agenda da reforma agrária em Mianmar. O governo do país permitirá que os desejos do povo sejam anulados por uma instituição tão secreta?

Artigo compilado pelo Secretariado do WRM, com base em informações de pesquisadores de campo do WRM e informações citadas abaixo.

- (1) LND significa Liga Nacional para a Democracia. O partido foi fundado em 1988 e atualmente governa Mianmar, tendo Daw Aung San Suu Kyi como seu Presidente e Conselheiro de Estado do país.
- (2) Forbes, E., (2017). Civil Society Participation in Land Policy Making: the innovative experience of Myanmar's pre-consultation on the National Land Use Policy. Mekong Regional Land Governance Project. Vientiane e Yangon.
- (3) Namati, (2016). Gendered aspects of land rights in Myanmar: Evidence from Paralegal Casework. P. 5-6.
- (4) <http://frontiermyanmar.net/en/law-reform-a-daunting-challenge>
- (5) http://www2.irrawaddy.com/article.php?art_id=14151&page=3
- (6) <http://www.mmtimes.com/index.php/national-news/nay-pyi-taw/18853-thura-u-shwe-mann-appointed-to-head-own-legislative-commission.html>
- (7) <https://cdeweb4.unibe.ch/Pages/News/149/OneMap-Myanmar-New-CDE-project-launched.aspx>
- (8) http://www.burmalibrary.org/docs21/NLD_2015_Election_Manifesto-en.pdf



Floresta no Nordeste da Índia

A região que costuma ser conhecida como “Nordeste da Índia” ou apenas “Nordeste” tem uma ligação tênue com a Índia continental por uma ponte de terra de cerca de 20 quilômetros de largura, e é cercada por Nepal, Butão, China, Mianmar e Bangladesh. Mais de 200 comunidades indígenas e tribais vivem na região, a maioria com semelhanças entre si em termos de cultura, alimentação, vestuário, economia e política, e desenvolveram leis e instituições diversas, específicas de cada tribo.

Apesar da crescente urbanização, principalmente nas capitais, a vida comunitária continua sendo definida, em grande parte, pela natureza. Montanhas, florestas e rios moldam a vida dessas comunidades. Paralelamente, o Estado e as grandes empresas continuam a pressionar por sua agenda de “desenvolvimento”, e muito mais agora, que o capital global e as indústrias extrativas estão avançando para áreas cada vez mais remotas. No contexto do avanço dessa agenda de “desenvolvimento”, o significado e os usos da floresta estão sendo redefinidos.

Em termos estatísticos, a cobertura florestal excede os 70-80 por cento da maioria dos países da região, que é uma das poucas ecologicamente diversas e intactas que restam no planeta. Dentro dessas florestas estão comunidades que prosperam, e elas “possuem” e “controlam” essas áreas florestais. Os Estados não têm autoridade direta dentro dessas florestas comunitárias, com exceção de reservas estatais ou áreas protegidas. Por exemplo, 77 por cento da área total do estado de Manipur são de floresta, mas, disso, apenas cerca de 7 por cento são controlados pelo governo estadual, enquanto o restante das terras florestais está sob controle direto das comunidades. No entanto, em Assam, grandes extensões de floresta intacta foram destruídas quando agentes coloniais britânicos trouxeram plantações comerciais de chá. Hoje em dia, essas plantações ocupam 312.210 hectares em Assam, no que se acredita ser a maior região de cultivo de chá do mundo.

Embora não sejam novas na região, as plantações comerciais, principalmente as de seringueira, estão consumindo cada vez mais áreas florestais intactas. Plantações de chá e café estão se expandindo para a floresta de montanha. Em Tripura, a destruição florestal já começou a abrir caminho para até 100 mil hectares de plantações adicionais de seringueira. Tripura já é o segundo maior produtor de borracha natural da Índia. A expansão está ocorrendo em terras de floresta tribais sob controle de autoridades locais.



As plantações para produção de borracha também estão se expandindo para os estados de Arunachal e Nagaland.

Outra expansão de plantações industriais é a do dendê em Mizoram, cujo governo pretende aumentar a área plantada para cerca de 150 mil hectares.

Em Meghalaya, os impactos ambientais já foram bem documentados, em particular, a destruição florestal provocada pela mineração de carvão e calcário, e a primeira foi proibida pelo Supremo Tribunal. (1) O avanço das plantações comerciais e da mineração em grande escala em terras controladas por comunidades também apontam para sua natureza mutável e a pressão sobre a sociedade e as aldeias.

As **leis e instituições** que governam as florestas nessa região variam. As consuetudinárias diferem de uma tribo a outra, mas são direcionadas à comunidade. Geralmente, os líderes ou conselhos de aldeias e/ou clãs alocam terras de floresta a uma família para que faça agricultura itinerante (*jhum*). Se o terreno é abandonado, a terra volta para a comunidade. Segundo a tradição, a venda de terras não é permitida e as terras comunitárias não são herdadas nem transferidas para a propriedade individual. Porém, tanto a venda quanto a transferência de terras para a propriedade individual estão aumentando, como resultado de pressões internas e externas. Hoje em dia, os líderes tribais locais são conhecidos por terem dado terras/florestas – por meio do chamado “certificado de não objeção” – a empreendimentos comerciais que apresentem documentação comprovando que cumpriram salvaguardas ambientais e outras. Em outros casos, os conselhos de aldeia têm negado licenças para mineração, como evidências de que o consentimento e a autodeterminação podem funcionar.

A Lei de Tribos Reconhecidas e Outros Habitantes Tradicionais da Floresta (Reconhecimento de Direitos Florestais) de 2006 é uma política nacional progressista que busca corrigir a injustiça histórica causada a tribos e habitantes tradicionais da floresta. Também vem sendo chamada de Lei de Direitos Florestais, Lei de Direitos Tribais, Projeto de Lei Tribal e Lei da Terra Tribal (ver o [Boletim 205 do WRM](#)). Entre outras coisas, essa lei reconheceu, pela primeira vez, os direitos e a ocupação florestal nas florestas habitadas pelas Tribos Reconhecidas e outros moradores tradicionais que residem nessas florestas há gerações, mas cujos direitos não puderam ser registrados. Os outros seis estados do Nordeste, além de Assam e Tripura, não a implementaram com o argumento de que já existe propriedade comunitária da floresta e que há um receio de que leis externas possam sobrepujar as autoridades locais.

Entre os fatores que podem afetar profundamente a floresta da região nos próximos anos estão expansão de mineração, barragens, rodovias e ferrovias, infraestrutura, plantações comerciais, bem como atividades relacionadas a mudanças climáticas.

A mineração de carvão é uma questão crítica nos estados de Assam e Meghalaya. Devido ao seu grave impacto ambiental, a Vara Nacional Verde do Supremo Tribunal proibiu a mineração de carvão por enquanto (1). Um derramamento de petróleo nas operações da Oil and Natural and Gas Corporation (ONGC), no distrito de Wokha, em Nagaland, criou uma imensa devastação em florestas e terras agrícolas. (2) Organizações locais recorreram ao tribunal para receber indenizações e reabilitação. Existem propostas de extração de petróleo nos estados de Mizoram, Manipur e



Arunachal. Todas essas propostas resultariam em destruição e desvio de áreas florestais para outros usos.

Além disso, o governo planeja construir mais de 150 barragens, a maioria das quais de grande porte. Somente no estado de Arunachal, o governo assinou diversos Memorandos de Acordos para 127 hidrelétricas em partes de 42 rios com até 59 empresas do setor, visando gerar 42.591 MW de eletricidade. Essas usinas cobrirão grandes extensões de áreas florestais densas e intactas. Em Manipur, a polêmica Alta Represa de Tipaimukh foi “cancelada”; sua construção teria coberto 22.777 hectares de terras florestais. A oposição local, combinada com o clamor nacional e internacional, facilitou esse caso raro de suspensão de uma barragem que teria deixado submersa uma grande área de floresta e inúmeros meios de subsistência ligados a essas florestas.

Estradas, ferrovias e infraestrutura são prioridades no plano do governo da Índia para “destravar” a região. “Destruir” a cultura e a “beleza” da região para o turismo, “destravar” a floresta para a extração de madeira, sua estrutura de armazenamento de carbono, a medicina tradicional, etc., “destravar” para o saque de minerais e infraestrutura para ligar a Índia à região da ASEAN, que é geopolítica e economicamente influente. Atualmente, estão em andamento duas importantes obras de infraestrutura, a Rodovia Transasiática e a Ferrovia Transasiática. Uma grande rede de petróleo e gás que conecta o Sul ao Sudeste da Ásia está sendo planejada e uma Grade de Energia regional já está em construção. Todo esse desenvolvimento de infraestrutura terá implicações diretas no modo de vida e nos meios de subsistência dos povos da floresta, e destruirá grandes áreas florestais.

Mudanças climáticas e florestas

Embora as comunidades dependentes de florestas, como aquelas encontradas em todo o Nordeste, tenham alguns dos modos de vida com as mais baixas emissões de carbono, as mudanças climáticas já estão afetando seus modos de vida e seus meios de subsistência. Esses impactos são exacerbados pela implementação de dois tipos de atividades relacionadas à floresta, que supostamente ajudam a mitigar o aquecimento global. Uma delas é restaurar terras supostamente “degradadas” ou “proteger” a floresta existente como estoques ou sumidouros de carbono; o segundo tipo de atividade são as plantações de biomassa industrial para produção de agrocombustíveis ou geração de energia. As plantações criadas para esses fins – em geral, vastas áreas de monoculturas, cuja posse e controle é de grandes empresas – não podem ser consideradas como florestas, nem com muita imaginação.

Um dos arquitetos de projetos de carbono florestal no Nordeste é o Banco Mundial. Como parte de seu estudo “Natural Resources, Water and the Environment Nexus for Development and Growth in North East India” (3), o estudo de apoio “Carbon Finance and Forest Sector in North East India” claramente sustenta e abre caminho para a conversão de terras agrícolas e florestais em projetos de carbono florestal mais “lucrativos”. Outro documento do mesmo estudo, intitulado “Revisão do Setor Florestal do Nordeste da Índia”, também aponta para programas de captura de carbono na região. Com a clara intenção do Banco de intervir no setor florestal no NE, é provável que o Projeto Meios de Subsistência do NE, do Banco Mundial, tenha projetos substanciais relacionados ao carbono. Se os bancos planejarem envolver todo o NE nesse projeto e se os sumidouros de carbono fizerem parte dele em cada um dos componentes distritais,



toda a paisagem e as comunidades no NE serão afetadas negativamente por essa falsa solução para a crise climática.

Em 2011, a Community Forestry International (CFI), com sede nos Estados Unidos, deu início ao Projeto de REDD+ Mawphlang como o primeiro projeto-piloto na região. (4) Ele está situado nas Colinas de Khasi Leste, no distrito de Meghalaya, e às vezes é chamado pela CFI de “Projeto de REDD+ da Comunidade das Montanhas de Khasi”. Sua área tem 15.217 hectares, constituídos por aproximadamente 9.270 hectares de florestas densas e 5.947 hectares de florestas abertas em 2010. A floresta incluída no projeto de REDD+ é um antigo pomar florestal sagrado. A CFI enumera uma série de ONGs e entidades locais como colaboradoras: a sociedade Bethany, o Conselho Distrital Autônomo das Montanhas Khasi, a Planet Action e a fundação privada Waterloo, sediada no Reino Unido. A entidade local Ka Synjuk Ki Hima Arliang Wah Umiam, Mawphlang Welfare Society, está listada como proponente do projeto junto à CFI. A Fundação Waterloo forneceu 100 mil dólares em apoio financeiro ao projeto para 2011-12. De acordo com o documento do projeto, os direitos de carbono para as florestas incluídas nele são da Ka Synjuk Ki Hima Arliang Wah Umiam, Mawphlang Welfare Society. O Projeto de REDD da Comunidade das Montanhas de Khasi foi certificado segundo padrões da Plan Vivo (Edimburgo, Reino Unido) em março de 2013. Em junho de 2013, foram emitidos 21.805 certificados de compensação de carbono no Markit Registry, uma base de dados privada que monitora a emissão de créditos de REDD+. Documentos do projeto sugerem que ele está entrando em sua segunda fase de implementação em 2017.

Enquanto os documentos apresentados na internet contêm todas essas informações citadas acima, as pessoas no local, que são as verdadeiras “donas” da floresta, não sabem o que é REDD+. Muitos moradores de aldeias costumavam plantar nas montanhas, mas tiveram que procurar outros lugares quando o projeto de REDD+ começou. Esse projeto tem poucos benefícios para os moradores.

Outro novo projeto de REDD+, com uma área de 44.391 hectares, está localizado nos distritos de Aizawl e Mamit, em Mizoram. Esse novo programa é executado conjuntamente pelo Conselho Indiano de Pesquisa e Educação Florestal (ICFRE, na sigla em inglês), o Centro Internacional para o Desenvolvimento Integrado de Montanhas (ICIMOD), Nepal, e a Agência para a Cooperação Internacional, Alemanha (GIZ, na sigla em alemão). (5) Como no caso do projeto Mawphlang de REDD+, os moradores e os responsáveis pelos conselhos de aldeia receberam pouca ou nenhuma informação sobre o projeto, o modo como ele funciona e as suas implicações. Em seus documentos, os projetos de REDD+ são retratados como uma saída ao cultivo *Jhum* e afirmam que essas novas atividades de compensação de carbono florestal podem atender às necessidades financeiras das aldeias. Duas aldeias visitadas até agora por este autor conservaram a floresta existente por muitos anos, por iniciativa própria, antes da chegada do projeto de REDD+. O projeto de carbono monetizou e “tomou a floresta” dos aldeões que haviam dedicado muito esforço e compromisso voluntário para protegê-la, muito antes da chegada do projeto. Esta é uma nova era em que as comunidades estão perdendo o controle sobre suas florestas para organizações externas.

O segundo tipo de atividade promovida em nome da proteção do clima que afetou as florestas e os meios de subsistência das pessoas no Nordeste são as plantações para agrocombustíveis, principalmente de pinhão-manso. A Comissão de Planejamento do



Governo da Índia criou comitês para promover plantações visando aos agrocombustíveis; eles investiram em desenvolvimento de produtos, estudos de engenharia, suavização de regulamentações, especificações de plantações, marketing, etc. No Nordeste, a *joint venture* D1-Williamson Magor é a principal promotora de plantações de pinhão-manso. A D1 Oils Trading Ltd., do Reino Unido, foi uma das primeiras empresas a adquirir terras para a produção de agrocombustíveis, e a Williamson Magor é o maior grupo plantador de chá da Índia. Eles anunciaram grandes planos de expansão de plantações de pinhão-manso não apenas no Nordeste, mas em muitos países da Ásia e da África. Eles anunciaram planos para 100 mil hectares de plantios de pinhão-manso somente no Nordeste, e os agricultores e *Jhumias* (aldeões que praticam agricultura itinerante) foram atraídos por empréstimos bancários e garantias de compra. Como em outros lugares, o experimento de plantação de pinhão-manso parece ter fracassado, mas os custos são assumidos pelos moradores que foram deixados com despesas e com campos cobertos com a planta venenosa, mas sem óleo de pinhão-manso para vender. As visitas de campo mostraram terras agrícolas e *jhum* abandonadas, cobertas com essa planta. O mais desconcertante é como esses moradores e essas comunidades, menos responsáveis pelas mudanças climáticas, estão sendo “forçados” a assumir a tarefa fundamental de reduzir suas pequenas emissões de carbono. Há notícias de que a expansão dos agrocombustíveis será relançada com nova força. Se esses planos se concretizassem, seria uma má notícia para a floresta e para a produção local de alimentos para subsistência.

Ram Wangkheirakpam

Diretor Executivo da Indigenous Perspectives, Imphal, Manipur

- (1) Um artigo sobre a decisão do Supremo Tribunal que proíbe a mineração de carvão no NE da Índia está disponível em <http://www.downtoearth.org.in/news/meghalaya-suspends-rathole-coal-mining-44432>
- (2) <http://kanglaonline.com/2011/09/pil-seeking-rs-1000-crore-compensation-filed-for-oil-spill-in-nagaland/>
- (3) Estudo do Banco Mundial “Natural Resources, Water and the Environment Nexus for Development and Growth in North East India” (link); estudo de apoio “Carbon Finance and Forest Sector in North East India” (link); e ‘Forest Sector Review of North East India’.
- (4) REDD+ in India, and India’s first REDD+ project: a critical examination. Relatório de Soumitra Ghosh. Disponível em http://www.redd-monitor.org/wp-content/uploads/2011/11/03_Mausam_Sept-2011.pdf; resumo e comentário do REDD-Monitor disponível em <http://www.redd-monitor.org/2011/11/29/indias-first-redd-project-in-the-east-khasi-hills-when-you-say-that-i-need-permission-to-cut-my-own-tree-i-have-lost-my-right-to-my-land/>
- (5) Mizoram selecionado entre outros para o projeto de REDD+ <http://www.mizoramtourism.org/mizoram-news/mizoram-selected-among-others-for-redd-project> e ICFRE Initiatives on REDD+, os últimos dez slides se referem ao projeto de REDD+ em Mizoram; disponível em: http://www.ignfa.gov.in/photogallery/documents/REDD-plus%20Cell/Modules%20for%20forest%20&%20Climate%20Change2016/Presentations/Resource%20Persons/TPSingh_IGNFA18Oct2016.pdf



Indonésia: projetos de lei ameaçam restabelecer o controle de empresas sobre a agrobiodiversidade

Em 2012, o Tribunal Constitucional da República da Indonésia anulou os principais artigos de uma Lei de 1992 sobre Sistemas de Cultivo de Plantas. Esses artigos proibem os agricultores de continuar a antiga prática de seleção e melhoramento de plantas – exatamente a prática que gerou a imensa agrobiodiversidade que existe hoje. (1) Agora, os projetos de lei sobre Conservação e Biodiversidade e sobre Dendê ameaçam restabelecer o tipo de controle empresarial sobre a diversidade de plantas agrícolas que os juízes do Tribunal Constitucional consideraram inconstitucional em sua decisão de 2012. Juntos, os dois projetos vão ainda mais longe: limitarão o acesso, o uso e o melhoramento, por parte de comunidades, de plantas protegidas por lei ou para as quais as empresas tenham registrado uma patente.

Entre 1980 e 2000, o Governo da Indonésia promoveu agressivamente o tipo de “modernização” da agricultura que é simbolizada pelo uso de fertilizantes químicos, sementes híbridas, pesticidas, tratores e outras máquinas pesadas. Como parte dessa “modernização”, o governo aprovou a Lei 12 de 1992, sobre Sistemas de Cultivo de Plantas. A lei foi aprovada sem consulta prévia às associações de camponeses ou às comunidades agrícolas, embora tenha afetado significativamente seu modo de vida. Essa lei proíbe os agricultores de melhorar plantas usadas como cultivos agrícolas ou plantas medicinais que as empresas tenham patenteado. No entanto, a seleção de sementes e o melhoramento de plantas por parte de agricultores fazem parte dos sistemas agrícolas camponeses e são uma pedra angular da civilização.

Até o final de 2011, muitos agricultores que continuaram a prática de melhoramento de plantas alimentares foram condenados depois de terem sido processados por empresas que alegam possuir direitos de patente sobre elas. A Decisão 99 do Tribunal Constitucional, de 2012, anulou os artigos da lei de 1992 que dava às empresas o monopólio sobre plantas e sementes usadas na agricultura. Os camponeses voltaram a ter permissão, sem risco de perseguição, para selecionar e melhorar as plantas que usam, como sempre fizeram.

Em 2016, foram apresentados dois projetos de lei na Indonésia: um sobre Conservação e Biodiversidade e outro sobre o Dendê. O Projeto de Lei sobre Conservação e Biodiversidade reintroduz um monopólio empresarial sobre o melhoramento de plantas, semelhante aos direitos empresariais consagrados nos Artigos da Lei 12 de 1992, que foram anulados pelo Tribunal Constitucional em 2012. Além disso, o projeto de lei sobre Conservação e Biodiversidade proíbe o acesso, o uso ou o melhoramento de



variedades vegetais de espécies listadas em um Anexo de Conservação ou que, por exemplo, uma empresa farmacêutica ou de dendê tenham patenteado. Sob a *adat* (lei consuetudinária), as comunidades têm permissão para dar usos tradicionais a certas espécies de plantas protegidas, por exemplo, como medicamentos tradicionais, se as tiverem registrado como “recursos” genéticos para uso tradicional junto às autoridades.

As restrições contidas no projeto de lei são como dois lados da mesma moeda: de qualquer ponto de vista, a lei trará desvantagens às comunidades em comparação com a *adat*. Se as comunidades usarem as plantas sem uma licença do governo, enfrentarão consequências penais; se solicitarem a licença, há um grande risco de que seus direitos intelectuais tradicionais sobre propriedades medicinais das plantas sejam roubados por empresas farmacêuticas antes que se reconheça que o conhecimento das comunidades atende aos requisitos da lei. As empresas estão em busca dessas informações sobre o uso medicinal tradicional das plantas, as quais as comunidades têm que incluir em sua solicitação da licença de uso. As comunidades podem inicialmente obter uma licença de uso, mas as empresas registrarão uma patente, e o uso e o melhoramento tradicionais da planta serão proibidos pela lei, porque outra entidade (empresarial) já terá registrado uma patente dessa planta. Em qualquer das hipóteses, a projeto de lei de Conservação e Biodiversidade representa uma enorme ameaça ao uso comunitário e ao melhoramento de plantas que as comunidades tradicionalmente usam, seja para alimentos ou para usos medicinais.

Historicamente, empresas farmacêuticas se apropriaram do conhecimento dos povos indonésios sobre plantas medicinais tradicionais. Depois disso, as informações são comercializadas e patenteadas pelas indústrias sem o consentimento dos tradicionais usuários e detentores do conhecimento. Medicamentos tradicionais à base de plantas, para várias doenças, também têm sido usados na pesquisa acadêmica em profundidade. Essa pesquisa e a comercialização resultante dela também constituem roubo de propriedade intelectual, porque a seleção de plantas específicas para medicamentos específicos, para tratar doenças específicas, a composição e as práticas usadas para preparar e aplicar esses medicamentos tradicionais são resultado de pesquisas contínuas realizadas por membros da comunidade e transmitidas de geração a geração. Esse conhecimento, no entanto, não recebe crédito nem é reconhecido como pesquisa em profundidade porque não está de acordo com a abordagem acadêmica contemporânea.

O objetivo do projeto de lei sobre o dendê é definir a planta como uma espécie de ocorrência natural na Indonésia. Isso, contudo, ocultaria o fato de que o dendê – uma espécie nativa da África Ocidental e Central, onde as variedades tradicionais são cultivadas e usadas para uma grande variedade de produtos e aplicações – foi introduzida na Indonésia pela indústria do dendê. (2) Uma vez considerada espécie natural do país, as empresas de plantações de dendezeiros podem patentear a planta e, combinando com o artigo 15 do projeto de Lei de Conservação e Biodiversidade, restringir o uso comunitário da palma somente ao fruto, o qual a empresa tem interesse em comprar. Mas o uso comunitário de qualquer outra parte da planta poderia ser proibido, pois o dendê teria sido declarado espécie natural na Indonésia, à qual o projeto de lei sobre de Conservação e Biodiversidade também se aplica. Portanto, declarar o dendê uma espécie que ocorre naturalmente na Indonésia equivaleria a uma segunda apropriação de terra para os agricultores que o cultivam em suas propriedades e para as comunidades que vivem em torno das plantações das empresas de dendê, porque estas poderiam limitar o uso comunitário da planta apenas ao fruto, ou seja, à parte da planta



em que estão interessadas. Uma vez que essas leis sejam aprovadas, também será mais difícil para os agricultores recuperarem suas terras.

Se os dois projetos de lei forem considerados em conjunto, fica claro que a intenção do governo não é resolver algum problema urgente que afete as comunidades locais na Indonésia. Pelo contrário, os projetos servem para aumentar o controle das empresas sobre a agrobiodiversidade e a terra que lhes interessa. Essas mudanças na lei devem ser vistas como parte de uma estratégia das empresas – bem planejada e organizada – para expandir seu controle, não apenas sobre as terras comunitárias, mas também sobre o uso comunitário da “biodiversidade”. Propostas de legislação, como os dois projetos de lei sobre Conservação e Biodiversidade e sobre o Dendê na Indonésia, devem ser vistas como parte da legitimação do confisco das fontes de vida das pessoas. A aprovação dessas leis também proporcionaria proteção jurídica, se não impunidade, ao crime empresarial de roubar o conhecimento tradicional sobre o uso de plantas que as comunidades têm aprimorado e passado de geração a geração: o Tribunal Constitucional da Indonésia já decidiu que esse monopólio das empresas sobre o melhoramento e o uso de plantas é inconstitucional. No entanto, o governo está promovendo a agenda da empresas ao propor leis que visam a restabelecer esse mesmo monopólio sobre agrobiodiversidade, sementes e diversidade genética de variedades de plantas que o Tribunal Constitucional já declarou inconstitucional.

A sabedoria comunitária ou tradicional expressa na *adat* e a imensa diversidade de variedades de plantas usadas por comunidades tradicionais e camponeses hoje em dia é uma indicação do longo processo de adaptação entre natureza, diversidade de plantas e comunidades. Essa agrobiodiversidade, bem como as comunidades que a produziram, dependem do uso e do acesso livres à terra que abriga as plantas usadas pelas comunidades. É exatamente esse uso e esse acesso à terra e às plantas que as leis sobre Conservação e Biodiversidade e sobre Dendê estão ameaçando.

O crime empresarial não pode ser entendido apenas como o ato criminoso de confiscar, roubar ou tirar bens públicos. Mais do que isso, o controle empresarial – por meio da proteção de direitos de propriedade intelectual e de leis que proporcionem às empresas um monopólio sobre plantas e sementes – confiscou a terra das comunidades, bem como seu conhecimento sobre o uso tradicional dessas terras. Esses crimes forçam as comunidades a passar por transformações fundamentais: de proprietárias a consumidoras de plantas e sementes transformadas em *commodities* cobertas por patentes empresariais. Os projetos de lei sobre Conservação e Biodiversidade e sobre o Dendê fazem parte desse processo de legalização do roubo, por parte de empresas, do conhecimento comunitário e do uso tradicional da “biodiversidade”.

Zenzi Suhadi

WALHI, Diretor do Departamento de Pesquisa, Defesa e Direito Ambiental

(1) A Decisão nº 99/PP-X/2012 do Tribunal Constitucional anulou os Artigos 5º, 6º, 9º, 12º e 60º da Lei nº 12 de 1992 sobre Sistemas de Cultivo de Plantas.

(2) Sobre a diversidade de usos das variedades tradicionais do dendezeiro na África Ocidental e Central, ver, por exemplo, “Africa: another side of palm oil. A long history and vast biodiversity”, da GRAIN – <https://www.grain.org/article/entries/5035-a-long-history-and-vast-biodiversity> – e o filme “West African women defend traditional palm oil” <http://www.farmlandgrab.org/post/view/26141-video-west-african-women-defend-traditional-palm-oil>“



O combate à maldição das concessões no Camboja

Introdução atualizada de março de 2017 ao artigo [“Camboja: a maldição das concessões”](#), publicada pela primeira vez no Boletim 193 do WRM, em setembro de 2013 e disponível abaixo.

O grupo Pheapimex é conhecido no Camboja e no exterior por negociações de investimento de grande porte, que lhe dão acesso irrestrito a florestas, terra e água, e a seus proprietários, que foram chamados de “casal poderoso” por causa de sua influência política e financeira. (1) O artigo abaixo, escrito em 2013, descreve a Concessão Econômica de Terras (ELC, na sigla em inglês) à Pheapimex nas províncias de Pursat e Kampong Chhnang. A concessão ganhou notoriedade por seu imenso tamanho, sua destruição ecológica e seus conflitos com as comunidades locais pelas terras agrícolas, pastagens e florestas, e fontes de água.

Em 2016, após 16 anos de luta, as comunidades afetadas na província de Kampong Chhnang venceram a batalha contra a Pheapimex. A empresa concordou em devolver 170 mil hectares (dos cerca de 176 mil hectares da concessão) aos legítimos reclamantes. De acordo com os moradores locais, a empresa está em crise por causa da queda dos preços da mandioca, da rebelião dos trabalhadores das plantações e de tensões crescentes entre seus funcionários e comunidades afetadas. Os trabalhadores das plantações não eram pagos regularmente e começaram a sabotar as operações da empresa, roubando peças de máquinas. O próprio governador da província apoiou a maioria das reivindicações de terras e florestas das comunidades afetadas.

A Pheapimex ainda não saiu de Pursat, embora, também lá, as operações pareçam muito reduzidas. Em contraste com os últimos anos, existem agora apenas cinco locais de trabalho com cerca de 20 a 30 trabalhadores, sem que nenhum esteja cuidando da mandioca que já foi plantada. Em 2016, os trabalhadores começaram a exigir o pagamento de seus salários pela empresa, e relatórios recentes indicam que a sabotagem contra as operações também parece ter começado ali. A ELC abrange 130 mil hectares em Pursat, dos quais cerca de 30 mil foram desmatados. Ainda não se sabe se a empresa irá reter toda a área de concessão durante todo o período de concessão ou devolver as terras questionadas às comunidades afetadas, como concordou em fazer na província de Kampong Chhnang.

A situação da concessão da Pheapimex em Kampong Chhnang é uma vitória decisiva para as comunidades locais, e isso também poderia acontecer em Pursat. No entanto, a empresa e seus proprietários estão longe de estar derrotados no país. A Pheapimex tem



operações em sistema de *joint venture* na província de Mondulkiri, com a Wuzhishan LS, uma empresa chinesa de plantações, e com a Camboja International Investment Development Group (CIIDG), uma mineradora chinesa. (2) Os proprietários da Pheapimex também são donos da Shukaku Inc., uma incorporadora imobiliária no lago Beung Kak, e têm um envolvimento significativo em uma concessão de mineração dada à Alex Corporation, em Mondulkiri. (3) Eles também estão ligados à Sinohydro United Ltd (Camboja), a empresa que assumiu o contrato do projeto de energia hidrelétrica, agora cancelado, no Vale de Areng, nas Montanhas Cardamomo. A concessão mineira CIIDG inclui as terras tradicionais do grupo indígena Phnong, que expressou preocupações sobre os impactos de suas florestas sagradas e locais de sepultamento. Os Phnong – que constituem cerca de metade da população da província – já enfrentaram essas violações nas áreas de concessão Wuzhishan LS, quando suas terras tradicionais foram profanadas por operações da empresa. Apoiados por uma crescente rede de ativistas de direitos comunitários, eles estão se preparando para interromper as operações da empresa antes que seus domínios ancestrais sejam perturbados ou violados.

Em 2017, a maldição das concessões continua no Camboja. Mas também as lutas dos povos. Como menciona um residente de Krang Skea na província de Kampong Chhnang no artigo do boletim de WRM de 2013 sobre a luta das comunidades contra a concessão de Pheapimex, suas lutas para acabar com essa maldição, recuperar terra, floresta e água, e restaurar os ecossistemas prejudicados estão se tornando mais fortes – como os brotos e o bambu.

Camboja: A maldição das concessões

Este artigo foi publicado pela primeira vez no Boletim 193, em setembro de 2013.

"A empresa prometeu aumentar a cobertura florestal, mas plantou mandioca; a mandioca não é uma árvore; uma plantação de mandioca não é uma floresta." Residente de Ansar Chambor, Pursat, Camboja.

Desde 2000, os residentes de mais de 111 aldeias vêm lutando contra a enorme concessão de terras que abrange 315.028 hectares nas províncias de Pursat e Kampong Chhnang, no Camboja. O contrato de concessão permite à Pheapimex – uma poderosa empresa cambojana – tomar terras agrícolas, florestais e comunais para plantar acácia e mandioca em plantações de monocultura. De propriedade de Choeung Sopheap e seu marido, Lao Meng Khin, senador do governista Partido Popular do Camboja (PPC), o Grupo Pheapimex é considerado praticamente intocável por muitos cambojanos, por causa das estreitas relações entre seus proprietários e o primeiro-ministro Hun Sen, e das grandes doações que faz ao PPC.

Embora a lei atual limite o tamanho de cada concessão de terras a 10 mil hectares, a Pheapimex garantiu seu contrato em 1997, antes da aprovação das leis que regulamentam as concessões econômicas de terras. Seus planos iniciais eram de estabelecer uma plantação de eucalipto e fábricas de celulose e papel, para o qual fez parceria com o Chinese Farm



Cooperation Group e obteve financiamento do Export-Import Bank of China. A Pheapimex também é a parceira cambojana da empresa chinesa de plantações Wuzhishan. Desde a aprovação da lei de concessões, colabora com intermediários e outras empresas que adquirem terras dentro da lei, mas fazem parte da grande operação da Pheapimex.

Em 2002, a empresa começou a limpar florestas e terras agrícolas, construir estradas e canais, e preparar um viveiro de mudas na comuna de Ansar Chambor, distrito de Krakor, em Pursat. Em protesto, moradores da aldeia bloquearam estradas e apresentaram reclamações ao gabinete real em Phnom Penh, a capital do país. Embora o governo nacional não tenha respondido favoravelmente, os protestos locais interromperam as operações em Ansar Chambor por um curto período. No entanto, a empresa continuou a demarcar, cercar e desmatar terras em outras áreas. Em 2008, o viveiro em Ansar Chambor funcionava totalmente e a Pheapimex tinha começado a expulsar moradores de suas terras em outras áreas na concessão, bloquear o acesso das populações locais à floresta, plantar mandioca e acácia, e construir campos de trabalho.

Desde então, as operações da empresa têm se expandido e acelerado, e máquinas pesadas, como tratores e retroescavadeiras, vêm sendo movimentadas em toda a área de concessão. A expansão está claramente planejada, mas as comunidades afetadas não têm qualquer informação prévia dos planos da empresa e muitas vezes são apanhadas desprevenidas. A empresa usa diversos meios para garantir a “cooperação” local, desde suborno e trapanças até intimidação, violência e encarceramento. Em 2010, a Pheapimex organizou uma cerimônia de “doação de presentes” em Ansar Chambor, na qual os residentes receberam arroz, macarrão instantâneo e krumahs (lenços tradicionais) como prova das boas intenções da empresa. A seguir, representantes do governo elogiaram os esforços da Pheapimex para trazer prosperidade à região e instruíram as comunidades a cooperar, agora que haviam recebido a generosidade da empresa.

Funcionários do distrito e da comuna disseram às comunidades afetadas que a Pheapimex não pode ser contestada nem parada, e que os moradores das aldeias devem aceitar qualquer acordo que a empresa esteja disposta a oferecer. A Pheapimex usa regularmente sua própria segurança armada, bem como a polícia comunal armada e policiais militares, para “proteger” a propriedade da empresa diante dos protestos locais. Embora a polícia local simpatize com as comunidades afetadas, as ordens não são para protegê-las, e sim a empresa.

Empobrecendo pessoas

"Antes da plantação, 100 hectares de terras agrícolas e florestais já sustentavam centenas de famílias, mas agora, milhares de hectares são dados a apenas uma empresa e [esse sistema] não alimenta nem uma família totalmente." Residente de Psach Latt, Pursat, Camboja.

Testemunhos de comunidades afetadas mostram que a concessão à Pheapimex está roubando do povo cambojano o patrimônio e a riqueza



naturais, empobrecendo as comunidades nas áreas de concessão e arredores, e eliminando opções de subsistência para as gerações futuras. As áreas concedidas à Pheapimex incluem fazendas, terras de pastagem, pântanos, florestas, bosques, lagos e bacias hidrográficas, que constituem um sistema de infraestrutura natural do qual as populações rurais dependem e fornece o alimento para sua sobrevivência diária e seu bem-estar. Em algumas áreas, a plantação bloqueia o acesso entre as aldeias e as florestas e pastagens. Por causa da perda de pastagens, as famílias afetadas já começaram a vender suas vacas e seus búfalos, que são importantes formas tradicionais de riqueza no Camboja rural.

O desmatamento para a concessão está destruindo a biodiversidade e os ecossistemas locais, incluindo a preciosa floresta primária, fontes de água, peixes e animais selvagens. Árvores de alto valor econômico (como Knyung Beng, Neang Nun, Chheu Krom, Khnong e Phchek) estão se esgotando, o habitat da fauna selvagem foi perdido e as bacias hidrográficas, reduzidas em muito. A empresa cobriu lagos, bloqueou riachos e redirecionou água a seus viveiros e plantações através de canais. Alguns córregos secaram completamente. Moradores temem que isso prejudique a pesca local, especialmente no lago Tonle Sap. Os córregos trazem nutrição aos peixes do lago, e muitos deles se deslocam rio acima para desovar. Se córregos e lagoas forem bloqueados, a saúde geral e a qualidade de peixes vão diminuir. A agricultura também se tornou mais difícil, pois os moradores não conseguem cultivar seus legumes e produzir comercialmente em hortas, pois a empresa domina o acesso à água. Sem cobertura florestal, a água da chuva escoar mais rapidamente, a erosão do solo não é contida e os poucos córregos restantes são cada vez mais rasos.

Florestas e bosques são importantes reservatórios de comida e medicamentos para as comunidades afetadas, bem como fontes de combustível, materiais de construção e produtos florestais não-madeireiros (PFNM), como cogumelos, brotos de bambu e ratã, mel, cipós, resinas, raízes, ervas selvagens e frutas. As florestas também têm valores culturais e religiosos importantes para as comunidades afetadas: a empresa desmatou florestas sagradas e espirituais, onde são realizados rituais tradicionais por paz, boas colheitas, prosperidade e saúde. Mais de 6.000 hectares de floresta identificados como florestas comunitárias foram perdidos nas comunas de Ansar Chambor e Kbal Trach (Pursat). Residentes de Kbal Trach avaliam que a perda de renda para cada família, apenas com os PFNM, ultrapassa um milhão de riel (245 dólares) por safra.

Como as famílias aumentam, as novas gerações precisam de terra para cultivar, a qual já não está mais disponível. Uma iniciativa de dar títulos de terras nas aldeias dentro e em torno das concessões econômicas, lançada pelo primeiro-ministro Hun Sen em 2012 (chamada de Diretiva 01BB), fixou um teto de 5 mil hectares de arrozais e hortas, respectivamente, para cada adulto, embora a quantidade real titulada seja muito menor na maioria das aldeias afetadas pela concessão da Pheapimex. Mas mesmo o limite de 5 hectares ignora as futuras necessidades de terras daqueles que não são



adultos no momento, mas vão chegar a essa idade em uma questão de anos.

Por desespero, muitos moradores têm procurado emprego na plantação, onde encontram baixos salários – 600.000 rielos ou 147 dólares por 30 dias – pagamentos irregulares e condições precárias de trabalho. Muitas famílias agora têm de sobreviver com o salário de um membro da família na plantação, o qual não é suficiente para sustentar uma família inteira que antes vivia dos alimentos e da renda obtidos de arrozais, hortas, florestas e córregos. Como resultado, o endividamento local tem crescido, a emigração aumenta e as famílias estão se rompendo na medida em que membros vão para as cidades ou para a vizinha Tailândia para encontrar trabalho.

Manter a luta

Desde que tomaram conhecimento da concessão, moradores de comunidades afetadas têm tentado defender suas terras, suas florestas, seus modos de subsistência e suas vidas de várias formas. Protestaram em gabinetes comunais, distritais e provinciais, bloquearam o tráfego na Rodovia 5 para obter apoio público; pararam máquinas de limpar terras e florestas, e apresentaram queixas às autoridades em todos os níveis. Eles realizaram cerimônias de oração pela justiça em aldeias, pagodes e em frente a gabinetes do governo. Consagraram árvores em seus lugares sagrados – em um só desses lugares, foram pelo menos mil árvores – mas a empresa as cortou de qualquer forma.

Mobilizar e organizar as pessoas nos oito distritos abrangidos pela concessão são grandes desafios para os moradores locais, que tentam alimentar suas famílias e chegar ao fim do mês. A concessão é enorme não só em tamanho, mas também em dinheiro e poder político. Quem protesta é rotulado de “instigador”, preso por acusações falsas e recebe multas elevadas. Enquanto muitos estão exaustos e desanimados, outros vêm com esperança de mudança no longo prazo. As eleições nacionais recentemente concluídas mostram diminuição do apoio geral ao PPC e é provável que a base de massa do partido esteja enfraquecendo onde os conflitos de terras florestais são mais intensos. Nas palavras de um morador de Krang Skea (Kampong Chhnang): Nós somos como o bambu, que começa com um broto; temos que esperar até que haja mais brotos e o bambu fique maior.

Shalmali Guttal

Diretora da *Focus on the Global South*

(1) Os dez maiores magnatas do Camboja. <http://investvine.com/cambodias-top-10-tycoons/>

(2) Minerador invade terras ancestrais. <http://www.rfa.org/english/news/cambodia/bauxite-06222011171620.html>

(3) As ligações da Pheapimex são “razões para preocupação”.

<http://www.phnompenhpost.com/national/pheapimex-ties-cause-concern> e

<https://sahrika.com/2016/12/20/villagers-wary-of-mkiri-mine-project/#more-27000>



Malásia: grupos indígenas de todo o mundo adotam declaração antibarragens

Em dezembro de 2015, os povos indígenas de Sarawak, na Malásia, celebraram uma grande vitória: o governo do estado anunciou uma moratória e, em 2016, suspendeu a construção da polêmica hidrelétrica de Baram. (4) A luta contra a usina tem servido de inspiração a muitas pessoas e foi destaque na apresentação sobre “o que está acontecendo com as nossas florestas na Malásia?”, na reunião de novembro de 2016, em Bangkok, mencionada no editorial deste Boletim. Portanto, reeditamos este artigo sobre um encontro internacional de ativistas contrários à hidrelétrica, que se reuniram às margens do rio Baram em outubro de 2015, poucos meses antes de o governo anunciar a moratória da construção da usina de Baram.

Este artigo foi publicado pela primeira vez no Boletim 220, em dezembro 2015.

Indígenas que lutam contra barragens em todo o mundo se reuniram em 23 de outubro de 2015, às margens do rio Baram, em Sarawak, estado da Malásia, na ilha de Bornéu, para se solidarizar com as pessoas que lutam contra a hidrelétrica proposta no rio. Naquele dia, os dois bloqueios contra Hidrelétrica de Baram comemoraram seu segundo aniversário. A hidrelétrica iria submergir mais de 400 km² de floresta e desalojar até 20.000 indígenas, enquanto sua eletricidade nem sequer é necessária: Sarawak já tem excesso de energia. Graças aos bloqueios, as obras da Hidrelétrica de Baram, bem como sua estrada de acesso, foram completamente paralisadas nos últimos dois anos.

Delegações indígenas de Indonésia, Filipinas, Camboja, Brasil, Estados Unidos, Honduras, e de toda a Malásia se reuniram em Sarawak para compartilhar suas experiências, fortalecer os laços entre suas comunidades e emitir uma declaração comum sobre as barragens. O evento de uma semana foi chamado de Cúpula Indígena Mundial sobre Meio Ambiente e Rios (WISER, na sigla em inglês) e foi organizado pela rede SAVE Rivers, de Sarawak (1).

Baram por todos, todos por Baram

Os participantes da WISER visitaram vários lugares importantes para a resistência contra a Hidrelétrica de Baram, como os dois pontos de bloqueio e o local proposto para a barragem. Peter Kallang, presidente da SAVE Rivers e coordenador da WISER, explicou: “Nós, da SAVE Rivers, queríamos que os



participantes vivenciassem nossa cultura e vissem, eles próprios, a beleza do nosso rio Baram, para entender melhor o que está em jogo e por que lutamos”.

No local proposto para a barragem, ao qual se chegou de barco, Peter Kallang contou uma história: “Em 2012, a empresa de energia de Sarawak e construtora da barragem, a Sarawak Energy, organizou um ritual de oração tradicional indígena no local proposto para a barragem de Baram, para abençoar a obra. Imediatamente, as comunidades locais reagiram a esse abuso da sua oração tradicional, com protestos em barcos no local. Aquele foi um momento fundamental da mobilização contra a barragem”.

A história da defesa do rio Baram representa simbolicamente o destino de muitos grupos indígenas ameaçados por barragens. Berta Cáceres, de Honduras, ganhadora do Prêmio Ambiental Goldman 2015 (2), ficou impressionada com as semelhanças entre as ameaças que as comunidades enfrentam e salientou a importância da WISER: “Esta cúpula sobre povos indígenas e rios tem um valor especial, pois suas ações fortalecem a resistência histórica de nossos povos e torna visíveis as graves agressões e os conflitos gerados pela privatização dos rios e a construção de barragens dentro de comunidades e regiões indígenas”.

A declaração de 2015 da WISER sobre Baram

Foram realizadas oficinas na aldeia de Tanjung Tepalit, uma das 26 a ser inundadas pela hidrelétrica de Baram. Os participantes discutiram suas motivações para lutar contra as barragens, os desafios enfrentados por suas campanhas, bem como estratégias de sucesso para mobilizar as pessoas e avançar em suas respectivas lutas.

James Nyurang, ex-chefe de Tanjung Tepalit e anfitrião da delegação internacional, está confiante de que a cúpula deu forças às pessoas em Baram para continuar a luta: “Estando junto com todos os delegados, compartilhando e discutindo estratégias distintas para enfrentar os desafios de como parar todas as barragens desnecessárias no mundo, eu ganhei muita experiência com todos os delegados. E com essa informação, eu estou suficientemente confiante de que essas experiências serão fundamentais para nós – o povo Baram – e nossas estratégias para continuar a lutar e parar a hidrelétrica proposta no rio Baram”.

As discussões culminaram com a adoção da “[Declaração de 2015 Da WISER Baram Sobre Direitos dos Povos Indígenas](#)”. (3) A declaração reconhece o sofrimento e a destruição generalizados causados pelas barragens. Governos, empresas e investidores são chamados a não prosseguir com projetos que não tenham obtido consentimento livre, prévio e informado das comunidades afetadas, para ratificar e aplicar a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP), bem como a Convenção 169 da OIT para a implementação de alternativas de energia renovável em pequena escala em contextos rurais. A declaração também exige reparações para as comunidades que foram vítimas de barragens, bem como a realização de estudos sobre a remoção de barragens.

Os participantes salientam que as barragens já não devem ser apresentadas como neutras em relação ao clima. “Fazemos um forte apelo à próxima Cúpula sobre as Mudanças Climáticas, em Paris, para que escute e respeite os povos indígenas e as



alternativas à mudança climática que nossas comunidades oferecem”, disse Berta Cáceres, que está combatendo a barragem de Agua Zarca, em Honduras, na entrevista coletiva final dada pela WISER, na cidade de Miri.

Lutas e esperanças

Todos os participantes compartilham o sofrimento causado pela perda da cultura e do patrimônio, bem como dos ambientes naturais de que eles e suas comunidades fazem parte, por sua exclusão dos processos de decisão e até pela criminalização e a militarização.

Mas também há histórias de sucesso: Kundy Doeam e Dinith Yoen, do Camboja, contaram como chegaram a uma moratória sobre a barragem de Areng no início deste ano, depois de fazer campanhas intensivas com bloqueios, uma campanha de bicicletas, entre outras. Sammy e John Luke Gensaw, da tribo Yurok, na Califórnia, Estados Unidos, explicaram que, embora as quatro barragens no rio Klamath ainda estejam de pé e ameaçando o salmão – base de sustento da tribo Yurok – o governo dos EUA começou a desmantelar barragens em outros lugares, e os ecossistemas estão se recuperando surpreendentemente rápido.

As populações da região do Baram também estão cada vez mais esperançosas de que a obra da barragem será interrompida. Em primeiro lugar, a resistência aumentou consideravelmente e os bloqueios conseguiram a interrupção do projeto. Em junho, Peter Kallang e Daniel Kammen, professores da Universidade da Califórnia, em Berkeley, reuniram-se com o ministro-chefe de Sarawak, Adenan Satem, para discutir fontes de energia alternativas às barragens. Em setembro, Satem anunciou uma moratória para a barragem de Baram.

No entanto, a história de Daniela da Silva sobre a Hidrelétrica de Belo Monte, na Amazônia brasileira, nos lembra de que os êxitos são frágeis. Ela falou sobre como a antecessora de Belo Monte, a barragem de Kararao, foi derrotada por protestos generalizados no final dos anos 1980, mas rebatizada e ressuscitada pelo governo mais tarde. Nem mesmo várias decisões judiciais contra o projeto conseguiram parar a sua conclusão. Infelizmente, projetos de barragens supostamente mortos são muitas vezes ressuscitados por governos sem imaginação.

Anna Aeberli

Bruno Manser Fund, www.bmf.ch/en

(1) A SAVE Rivers foi fundada há quatro anos, como uma rede comunitária para lutar contra uma série de, pelo menos, 12 barragens propostas pelo governo de Sarawak. A Hidrelétrica de Baram rapidamente se tornou o projeto mais polêmico da série.

(2) O prêmio Goldman Environmental Prize é dado a ativistas de base do ambientalismo, em reconhecimento por seus esforços para proteger o ambiente natural, muitas vezes com grande risco pessoal. Poucos meses depois de ter falado na reunião às margens do rio Baram sobre a luta do povo Lenca contra a Hidrelétrica de Agua Zarca, em Honduras, Berta Cáceres foi morta dentro de sua própria casa. <http://wrm.org.uy/actions-and-campaigns/global-action-justice-for-bertha-caceres-june-15-2016/>.

(3) Leia a declaração: http://www.stop-corruption-dams.org/resources/WISER_Baram_2015_Declaration_Signed.pdf

(4) The Baram miracle: Dam plans officially scrapped. Bruno Manser Fund News. <http://bmf.ch/en/news/the-baram-miracle-dam-plans-officially-scrapped>



ALERTAS DE AÇÃO



Honduras: O país mais mortal do mundo para o ativismo ambiental. Mais de 120 pessoas foram mortas em Honduras desde 2009 por enfrentar empresas que tomam terras e destroem florestas, segundo um relatório publicado em janeiro de 2017 pela Global Witness. O relatório homenageia a defensora dos direitos humanos [Berta Cáceres, assassinada em 2 de março de 2016](#), quando homens armados invadiram sua casa no meio da noite e a mataram. Berta Cáceres se mobilizou contra a barragem da hidrelétrica de Agua Zarca, na terra de sua comunidade, em Intibucá, no oeste de Honduras, que

ameaçava uma fonte de água vital e sagrada para o povo indígena Lenca. O relatório está disponível em inglês em

<https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/honduras-deadliest-country-world-environmental-activism> / e em espanhol em

https://www.globalwitness.org/documents/18726/Defenders_Honduras_full_report_Spanish_spreads.pdf



Guiana Francesa: O governo francês está promovendo discretamente a industrialização da mineração de ouro na Guiana Francesa. Se a iniciativa prosseguir, o projeto Montagne d'Or, que deve começar em 2018, será a maior mina de ouro em solo francês. Ele não só causará sérios impactos humanos e ambientais, mas também abrirá as comportas para outras mineradoras multinacionais na Guiana Francesa e expandirá a mineração exclusiva para o mercado de joias de luxo. A demanda industrial representa apenas 8% do ouro atualmente extraído. O setor da reciclagem

forneceu três vezes essa quantidade em 2015. Mais informações sobre essa luta contra a mineração na Guiana Francesa (em francês) em

<https://sites.google.com/site/maiourinature/or-de-question-cp22fev>

Apoie o coletivo *Or de question*, uma aliança de ONGs locais e nacionais que exigem que o governo francês cancele imediatamente os megaprojetos de mineração. Assine a petição em <https://www.rainforest-rescue.org/petitions/1084/no-to-industrial-gold-mining-in-the-forests-of-french-guiana#letter>



Uma reportagem investigativa da BBC revela o balanço fatal da política de “atirar para matar” implementada nas reservas de tigres na Índia. Em todo o mundo, os povos indígenas enfrentam prisões, assédio, tortura e morte em nome da conservação da natureza. O Parque Nacional Kaziranga, na Índia, é apenas um infame exemplo dessa tendência desumana. Nos últimos três anos, 50 pessoas foram executadas extrajudicialmente por guardas no conhecido parque nacional onde impera essa política. Membros de tribos correm o risco de serem baleados, espancados, torturados e mortos nas mãos de funcionários do

parque, fortemente armados. No ano passado, os guardas atiraram em um garoto de sete anos, que agora está mutilado para a vida toda. Essa violência acontece em nome da conservação. Grandes organizações conservacionistas, como WWF, Wildlife Conservation Society, Nature Conservancy e Conservation International, entre outras, vêm ignorando reivindicações que condenam a prática. Una-se ao Alerta de Ação da Survival International e exija que o governo da Índia ponha fim à política mortal de “disparar ao avistar” em áreas protegidas em

<http://www.survivalinternational.org/emails/shoot-on-sight> (inglês),

<http://www.survival.es/actua/email/disparar-en-el-acto/acciones/nueva> (espanhol).

Os tiros no Parque Nacional Kaziranga não são um incidente isolado, mostra *The Tiger Game*. O governo da Índia anunciou planos para expandir essa política a reservas de tigres em todo país. O filme *The tiger game*, do ativista e cineasta indiano Soumitra Ghosh, mostra que a situação no Parque Nacional Kaziranga não é um incidente isolado e que a política já é realidade na Reserva de Tigres de Buxa, em Bengala Ocidental. O filme explora narrativas múltiplas, embora sobrepostas, de exploração, crueldade e injustiça, assassinatos hediondos de membros de tribos por funcionários do serviço florestal em nome da conservação da natureza. O filme (em inglês) está disponível em <https://vimeo.com/124188855> . Mais informações (em inglês): <http://www.conservation-watch.org/2017/03/10/indias-kaziranga-national-park-and-the-streisand-effect/> .



Malásia: Pare de reconhecer plantações como florestas, foi dito a organismo da ONU. Em 21 de março de 2017, as ONGs malásias The Consumers' Association of Penang (CAP) e Sahabat Alam Malaysia (SAM) se uniram à ação mundial contra a definição de floresta da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Cerca de 200 grupos renovaram sua exigência de que a FAO mude sua definição enganosa de floresta, que tem permitido a expansão das plantações industriais de árvores. A carta exigia que a FAO deixasse de reconhecer as plantações como florestas, como previsto na definição, porque isso tem permitido que a indústria de plantações oculte os devastadores

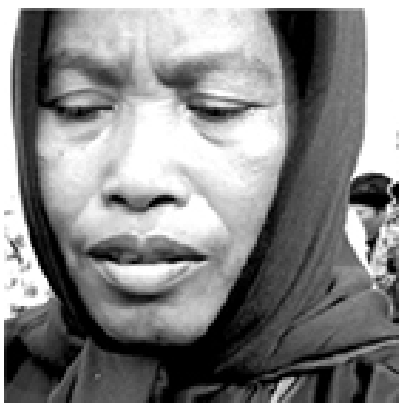
impactos ecológicos e sociais das grandes plantações de monoculturas atrás de uma imagem positiva que as florestas têm na percepção pública



<http://www.freemalaysiatoday.com/category/nation/2017/03/21/stop-recognising-plantations-as-forests-un-body-told/>

A carta enviada hoje à FAO pode ser encontrada aqui. Também está disponível em espanhol, francês e português. Para mais informações sobre a antiga reivindicação para que a FAO mude sua definição enganosa de floresta, veja, também:

<http://wrm.org.uy/pt/todas-as-campanhas/dia-internacional-das-florestas-2017>



Indonésia: Protestos em Java contra a destruição florestal causada pela expansão da indústria de cimento. Na Indonésia, a resistência contra o complexo de produção de cimento da empresa Semen Indonesia – que destruirá a área florestal de Kendeng Karst em Uphill, Java – tem ganhado força. No dia 21 de março, Patmi, uma mulher de uma das vilas do distrito de Tambakromo que havia ido à capital Jakarta para protestar, morreu de um possível ataque do coração depois de dias em que permaneceu, com outras pessoas, sentada em protesto em frente ao Palácio Presidencial. Em poucos dias, mais e mais

ativistas em Jakarta e de outras grandes cidades do país cravaram seus pés em cimento e se colocaram em posição similar à do protesto, em solidariedade a Patmi e ao povo de Kendeng. Os protestantes demandam solidariedade por parte da comunidade internacional em apoio à luta, particularmente diante da possibilidade de permissão à continuidade do projeto pelo presidente em abril. Esse projeto se dá em um contexto sem precedentes na região de massiva concentração de terra e água para consumo de energia e de produtos, por meio do estabelecimento de “corredores” de infraestrutura de desenvolvimento, que cortam profundamente as regiões remanescentes de florestas. Para mais informação, leia o curto artigo e obituário (em inglês) dedicado a Patmi, escrito por Hendro Sangkoyo em <http://wrm.org.uy/other-relevant-information/the-poetic-and-haunting-death-of-patmi-of-mt-kendeng-java-indonesia/>

RECOMENDADOS



Relatório de encontro: O que está acontecendo com as nossas florestas? De 21 a 25 de novembro de 2016, cerca de 50 pessoas envolvidas em lutas pela defesa de territórios, florestas e meios de subsistência de comunidades que dependem da floresta, reuniram-se na Tailândia para uma visita de campo ao Nordeste do país, seguida de uma reunião de três dias em Bangkok. Além de uma delegação da Tailândia, outros participantes vieram de Mianmar, Camboja, Vietnã, Filipinas, Indonésia, Malásia e Índia. Os objetivos da reunião, que se concentraram em uma questão central – “O que está acontecendo com nossas florestas?” –,

incluíram a promoção do intercâmbio e do diálogo sobre ameaças e desafios antigos e novos enfrentados pelas comunidades nos diferentes países. Apesar da diversidade de



línguas e culturas, os participantes viram que têm muitos valores e preocupações em comum, por exemplo, a importância da floresta para seus meios de subsistência, bem como as ameaças e desafios que enfrentam para defender seus territórios e florestas da concentração de terras e do desmatamento. O relatório e links para apresentações sobre a reunião estão disponíveis em: <http://focusweb.org/content/what-happening-our-forests-conference-report-and-presentations> (disponível apenas em inglês).



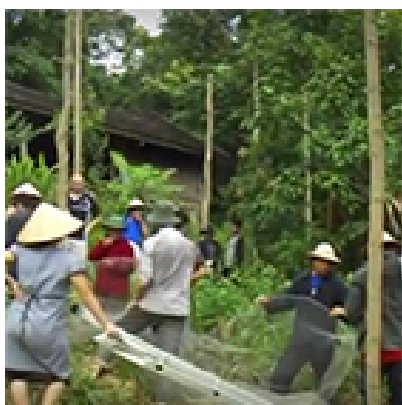
Vídeo da Save our River, Save our Life sobre as ameaças da mineração de ouro ao rio Tanintharyi, em Mianmar. “Água é vida. Se não protegermos o rio Tanintharyi, a vida e o sustento dos moradores locais que dependem do rio serão destruídos”, disse o morador de um povoado da bacia do Tanintharyi na introdução do filme. “Devemos impedir a destruição do rio para o bem das gerações futuras. Nós nos reunimos aqui para mostrar que discordamos da mineração de ouro no rio Tanintharyi”, explica.

O vídeo documenta um culto budista-cristão organizado por moradores da bacia do rio Tanintharyi para mostrar sua oposição às operações mecanizadas de mineração de ouro iniciadas recentemente pela empresa Shwe Tun Pauk naquele rio, em Mianmar. Mais de 200 moradores – representando 60 povoados – viajaram de barco para participar do culto, percorrendo distâncias de até 160 km pelo rio. O grupo também inspecionou a operação de mineração e pediu para ver documentos que comprovassem que a Shwe Tun Pauk tinha licença para realizar mineração de ouro no rio Tanintharyi. Os moradores não receberam respostas satisfatórias das pessoas que trabalhavam no local e exigiram uma reunião pública com o chefe da empresa, que foi realizada em 8 de janeiro de 2016. A documentação em vídeo da reunião está disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=mPolcAAXtqo>

<https://www.youtube.com/watch?v=3sQ6lFITN9c>

O filme Save Our River, Save Our Life está disponível, em inglês, em: https://www.youtube.com/watch?v=pxDA_P73ZDM. A versão birmanesa está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YR2mD_jTU4



Relatório: Agricultura ecológica: por que e como! Oficina de formação na Escola de Agricultura Ecológica HEPA, no Vietnã. O relatório descreve como os sistemas de cultivo enraizados nas culturas, nas leis consuetudinárias e na experiência da agricultura camponesa, reunidos ao longo de muitas gerações, diferem da agricultura industrial denunciada em vários artigos deste boletim como apropriação de terras e ameaça às florestas e aos povos que vivem nelas na região do Mekong (e além). O relatório (em inglês) está disponível em:

<http://cendiglobal.org/upload/medias/why-and-how-ecological-farming.pdf>



Relatório: *Grow-ing disaster. the Fortune 500 goes farming.* As maiores corporações de agronegócio do mundo estão lançando um programa de parcerias público-privadas para assumir o controle da alimentação e da agricultura no Sul Global. O programa chama-se *Grow* e faz parte da “Nova Visão para a Agricultura”, uma iniciativa do Fórum Econômico Mundial (FEM), lançada em 2009 e liderada por 31 das empresas “parceiras” do FEM envolvidas no negócio de alimentos. Noventa por cento dessas empresas têm sede nos Estados Unidos e na Europa, e nenhuma é da China, do Brasil, do

Japão, da Coreia, da Tailândia ou da África do Sul. Mesmo assim, a “Nova Visão para a Agricultura” e seu programa *Grow* estão totalmente voltados a América Latina, África e Ásia – os principais mercados em crescimento da indústria mundial de alimentos. A principal ênfase da iniciativa “Nova Visão para a Agricultura” é a agricultura por meio de contratos que ligam pequenos agricultores a empresas multinacionais (e menos, por exemplo, nas plantações de empresas). A versão em inglês do relatório da organização GRAIN está disponível em:

<https://www.grain.org/article/entries/5622-grow-ing-disaster-the-fortune-500-goes-farming>. As versões em francês e espanhol estarão disponíveis em breve.



Entrevista: “Não existe óleo de dendê sustentável de produção industrial”. A SwissInfo conversa com Kartini Samon, da GRAIN, acerca dos impactos da produção industrial de óleo de dendê sobre as comunidades e do papel dos bancos suíços no apoio à concentração de terras através do financiamento da expansão das plantações de dendezeiros na Indonésia. A entrevista (em francês) está disponível em

http://www.swissinfo.ch/fre/accaparement-des-terres_-il-n-existe-pas-de-production-d-huile-de-palme-industrielle-durable-/43009936



Relatório: Assinando a entrega da soberania: Como os contratos de investimento ameaçam a regulamentação da indústria de mineração nas Filipinas. Na última década, as Filipinas apostaram fortemente na indústria de mineração, com 47 minas de grande porte em operação e evidências cada vez maiores de seus custos sociais e ambientais. O relatório afirma que a capacidade do país de regular adequadamente ou fechar as minas poluidoras será restringida em muito por uma rede de tratados de investimento assinados pelo país, que dão proteção excessiva aos investidores estrangeiros. Essa camisa

de força jurídica ficará ainda mais apertada se o governo levar adiante o Acordo de Livre Comércio UE-Filipinas e a Parceria Econômica Global Regional (RCEP, na sigla em inglês). O relatório (em inglês) está disponível em

<http://focusweb.org/content/signing-away-sovereignty-how-investment-agreements-threaten-regulation-mining-industry>



O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é totalmente gratuita.

Assine o Boletim do WRM

<http://wrm.us9.list-manage.com/subscribe?u=f91b651f7fecdf835b57dc11d&id=a6356dc0e0>

Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor em chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Jutta Kill, Flavio Pazos, Teresa Perez

Secretaria Internacional do WRM

Avenida General María Paz 1615 oficina 3. CP 11400, Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy - <http://www.wrm.org.uy>